

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2026

CONTRATANTE (UASG)

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA (389475)

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência **no mínimo estadual**, a todos os empregados ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de **até 50%** (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.192,00 considerando-se, exclusivamente para fins de julgamento, a quantidade ficta de 1 (uma) vida por item.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO DO GRUPO apurado pela soma dos preços unitários ofertados para cada item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 01/2026 (Processo Administrativo nº0046/2025)

Torna-se público que o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, por meio do setor responsável pelas licitações, sediado a Rua Duarte Schutel 351, centro Florianópolis SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência **no mínimo estadual**, a todos os empregados ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de **até 50%** (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento, conforme especificações descritas no Termo de Referência e em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por 20 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11 *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
- 2.6.12 *pessoas físicas.*

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.4 e 2.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes deverão apresentar proposta contendo **preço unitário por vida** para cada item integrante do Grupo/Lote único, correspondente às faixas etárias e tipos de acomodação descritos no Termo de Referência, observado o **preço máximo aceitável por item**. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item (por vida)** para cada item integrante do Grupo/Lote único, correspondente às faixas etárias e tipos de acomodação. (A quantidade adotada para fins de julgamento **não representa estimativa de consumo, obrigação mínima de contratação, compromisso financeiro ou valor contratual**, destinando-se **exclusivamente à padronização da análise comparativa das propostas.**)
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas brasileiras;

6.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.66 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços unitários e total, definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

8.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crosc.org.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;



11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: assessoria.licitacao@crosc.org.br; compras@crosc.org.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crosc.org.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Modelo de Proposta

13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.4 Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;

Florianópolis, 20 de janeiro de 2026.

Assinado eletronicamente
Wilson Andriani Júnior
Presidente CRO/SC

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

(Processo Administrativo nº 0046/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência no mínimo estadual, a todos os empregados ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de **até 50%** (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento, conforme especificações a serem descritas nesse ETP e em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO / FAIXA ETÁRIA E TIPO DE ACOMODAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	PREÇO ESTIMADO POR VIDA
1	0 a 18 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	13340	Vidas	R\$ 198,11
2	19 a 23 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 234,69
3	24 a 28 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 285,83
4	29 a 33 anos- ENFERMARIA/ AMBULATORIAL			R\$ 334,36
5	34 a 38 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 378,52
6	39 a 43 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 423,90
7	44 a 48 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 498,86
8	49 a 53 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 579,78
9	54 a 58 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 755,98
10	59 anos ou + (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			R\$ 1.145,77
11	0 a 18 anos (APARTAMENTO)			R\$ 339,85
12	19 a 23 anos (APARTAMENTO)			R\$ 424,81
13	24 a 28 anos (APARTAMENTO)			R\$ 531,01
14	29 a 33 anos (APARTAMENTO)			R\$ 599,06

15	34 a 38 anos (APARTAMENTO)		R\$ 661,58
16	39 a 43 anos (APARTAMENTO)		R\$ 713,21
17	44 a 48 anos (APARTAMENTO)		R\$ 919,61
18	49 a 53 anos (APARTAMENTO)		R\$ 1.029,96
19	54 a 58 anos (APARTAMENTO)		R\$ 1.243,88
20	59 anos ou + (APARTAMENTO)		R\$ 1.893,23
TOTAL			R\$ 13.192,00

1.1.1. Para fins exclusivamente estimativos e de padronização da análise econômica, os valores unitários apresentados na planilha acima foram considerados com base na quantidade ficta de 1 (uma) vida por item, correspondente a cada faixa etária e tipo de acomodação.

1.1.2. Tal metodologia decorre da natureza facultativa da adesão ao plano de saúde coletivo objeto desta contratação, não sendo possível, no momento da elaboração do Termo de Referência, definir ou garantir o número de beneficiários que efetivamente aderirão ao plano, tampouco o tipo de acomodação que será escolhido por cada beneficiário.

1.1.3. Ressalta-se que os quantitativos adotados na planilha não representam estimativa de consumo, obrigação mínima de contratação ou compromisso financeiro por parte da Administração, destinando-se exclusivamente à formação de parâmetro de comparação e à estimativa referencial de preços.

1.1.4. A contratação e o pagamento ocorrerão somente em relação às vidas efetivamente aderentes, conforme as adesões formalizadas durante a execução contratual, observadas as condições pactuadas.

1.1.5. Atuais e potenciais beneficiários (estimativa de beneficiários).

a) Beneficiários com adesão ao plano de saúde atual:

b) Potenciais beneficiários do plano a ser contratado:

A) USUÁRIO DO PLANO ATUAL					
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Titulares	Dependentes	Total
0 a 18 anos	0	2	0	2	2
19 a 23 anos	1	0	1	0	1
24 a 28 anos	0	0	0	0	0
29 a 33 anos	2	2	3	1	4
34 a 38 anos	1	1	2	0	2
39 a 43 anos	0	7	6	1	7
44 a 48 anos	1	2	3	0	3
49 a 53 anos	2	0	2	0	2
54 a 58 anos	0	2	2	0	2
59 anos ou +	0	0	0	0	0
TOTAL	7	16	19	4	23

Potenciais beneficiários do plano a ser contratado			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 18 anos	0	2	2
19 a 23 anos	1	0	1
24 a 28 anos	1	1	2
29 a 33 anos	4	4	8
34 a 38 anos	1	7	8
39 a 43 anos	3	10	13
44 a 48 anos	3	5	8
49 a 53 anos	3	5	8
54 a 58 anos	1	3	4
59 anos ou +	0	0	0
TOTAL	17	37	54

1.1.5.1. Os quantitativos apresentados representam uma demanda estimada, não configurando obrigação por parte do CROSC, em hipótese alguma, a cobrir qualquer quantidade mínima de adesões ou aderirem efetivamente na sua totalidade, devendo serem pagas apenas as quantidades correspondentes ao número de empregados e respectivos dependentes que aderirem ao plano de assistência à saúde, visto que a adesão ao plano de saúde é facultativa.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é classificado como continuado, por se tratar de assistência médico-hospitalar e ambulatorial prestada de forma permanente aos funcionários do CROSC, cuja interrupção acarretaria prejuízos à saúde e à segurança dos beneficiários.

1.4. A vigência plurianual é a forma mais vantajosa, uma vez que garante a continuidade da cobertura assistencial, preservando as condições contratuais e evitando descontinuidade de atendimento, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e em consonância com a Lei nº 14.133/2021, Lei nº 9.656/1998 e Resoluções Normativas ANS nº 465/2021 e nº 566/2022

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos legais, regulatórios e institucionais

4.1.1 A licitante deverá ser operadora de plano privado de assistência à saúde, devidamente registrada, autorizada e ativa junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devendo manter todas as condições de regularidade regulatória durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

4.1.2 O(s) plano(s) ofertado(s) deverá(ão) ser integralmente regulamentado(s), em estrita conformidade com a Lei nº 9.656/1998, com as Resoluções Normativas da ANS, com a IN DIPRO nº 28/2022 e demais atos normativos aplicáveis, especialmente aqueles expressamente mencionados no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

4.1.3 A Contratada deverá observar automaticamente quaisquer alterações normativas supervenientes expedidas pela ANS durante a vigência contratual, inclusive quanto ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, independentemente de termo aditivo.

4.2. Tipo de plano, segmentação e abrangência

4.2.1 O objeto da contratação compreende Plano de Saúde Coletivo Empresarial, destinado aos empregados ativos do CROSC e a seus respectivos dependentes legais, com adesão facultativa.

4.2.2 O plano deverá possuir, obrigatoriamente, as seguintes características mínimas:

- a) **Segmentação assistencial:** Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia;
- b) **Abrangência geográfica:** no mínimo Estadual, com cobertura em todo o Estado de Santa Catarina;
- c) **Área de atuação:** Estado de Santa Catarina;
- d) **Padrão de acomodação:** enfermaria e apartamento, conforme planos ofertados;
- e) **Vedação de cobrança de taxa de adesão, inscrição ou cadastramento;**
- f) **Disponibilização de cartão de identificação digital, com fornecimento de cartão físico mediante solicitação do beneficiário.**

4.3. Coberturas assistenciais obrigatórias

4.4. **O plano deverá garantir cobertura integral de todos os procedimentos constantes no Rol vigente da ANS, incluindo, no mínimo:**

- a) consultas médicas em todas as especialidades reconhecidas;
- b) atendimentos ambulatoriais;
- c) exames laboratoriais e de apoio diagnóstico e terapêutico;
- d) procedimentos clínicos e cirúrgicos, inclusive de alta complexidade;
- e) internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive em UTI adulto, pediátrica e neonatal, quando indicadas;
- f) atendimentos de urgência e emergência;
- g) terapias, tratamentos, reabilitação e demais ações necessárias à prevenção, recuperação, manutenção e reabilitação da saúde.

4.5. Rede assistencial – requisitos mínimos e quantitativos obrigatórios

4.5.1 A assistência deverá ser prestada por rede própria e/ou credenciada, composta por profissionais, clínicas, laboratórios e hospitais regularmente habilitados, em todo o Estado de Santa Catarina.

4.5.2 A Contratada deverá assegurar atendimento nos municípios onde o CROSC possui unidades administrativas, especialmente: Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

4.5.3 Rede mínima obrigatória – Região Metropolitana de Florianópolis

4.5.3.1. Na Região Metropolitana de Florianópolis, a rede assistencial deverá comprovar, no mínimo, a existência de:

- a) 15 (quinze) hospitais credenciados;
- b) 170 (cento e setenta) clínicas
- c) 70 (setenta) postos de coleta ou laboratórios de análises clínicas;
- d) 1.500 (um mil e quinhentos) médicos com registro ativo no CRM;
- e) atendimento em, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das especialidades médicas reconhecidas.

4.5.4 Rede mínima obrigatória – demais municípios

4.5.4.1. Nos municípios de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages, deverá ser garantido, no mínimo, 01 (um) hospital próprio ou credenciado em cada localidade.

4.5.4 A rede mínima exigida deverá ser comprovada no momento da assinatura do contrato, sendo obrigação da Contratada manter sua suficiência e qualidade durante toda a vigência contratual.

4.5.5 Qualquer descredenciamento de prestador deverá ser compensado por **substituição por outro de porte equivalente**, na mesma área geográfica, com comunicação formal à Contratante.

4.6. Garantia de atendimento e continuidade assistencial

4.6.1 Na hipótese de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial no município de residência ou de trabalho do beneficiário, a Contratada deverá assegurar o atendimento nos termos da regulamentação da ANS sobre garantia de atendimento.

4.6.2 É vedada a interrupção ou descontinuidade de tratamentos em curso, inclusive internações, terapias e procedimentos seriados, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação.

4.6.3 Caso o beneficiário seja compelido a arcar com despesas em razão da indisponibilidade da rede, a Contratada deverá realizar o **reembolso integral**, inclusive de despesas de deslocamento, quando aplicável.

4.7. *Reembolso*

4.7.1 Será assegurado reembolso das despesas realizadas pelo beneficiário em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização da rede própria ou credenciada.

4.7.2 O reembolso deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação completa.

4.8. *Coparticipação*

4.8.1 Será admitida coparticipação de até 50% (cinquenta por cento), exclusivamente em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, conforme regulamentação da ANS.

4.8.2 É vedada a cobrança de coparticipação em internações psiquiátricas durante os primeiros 30 (trinta) dias.

4.9. *Adesão, inclusão e elegibilidade de beneficiários*

4.9.1 A adesão ao plano é facultativa, condicionada à existência de vínculo ativo com o CROSC.

4.9.2 É vedada a adesão de dependente sem a adesão do titular.

4.9.3 Inclusões com direito à cobertura imediata deverão ser solicitadas em até 30 (trinta) dias da admissão do titular ou da constituição de dependência.

4.9.4 Será assegurada cobertura assistencial ao recém-nascido nos primeiros 30 (trinta) dias, bem como sua inclusão como dependente, nos prazos regulamentares.

4.10. *Carências, declaração de saúde e doença ou lesão preexistente*

4.10.1 Não haverá exigência de carência nos contratos coletivos empresariais que contem com 30 (trinta) ou mais participantes, desde que respeitados os prazos regulamentares.

4.10.2 A análise de Doença ou Lesão Preexistente – DLP observará as regras da ANS, mediante preenchimento de Declaração de Saúde.

4.10.3 Quando constatada DLP, poderá ser aplicada Cobertura Parcial Temporária – CPT, limitada a 24 (vinte e quatro) meses.

4.10.4 Beneficiários em tratamento deverão ser aceitos, garantida a continuidade assistencial, ressalvadas as hipóteses legais.

4.11. *Perda da qualidade de beneficiário*

4.11.1 A perda da qualidade de beneficiário poderá ocorrer exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- a) perda do vínculo com o CROSC;
- b) solicitação formal do titular;
- c) óbito;

- d) fraude comprovada;
- e) demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

4.11.2. A exclusão ou suspensão de beneficiários somente poderá ser realizada mediante solicitação formal da Contratante, ressalvadas as hipóteses legais expressas.

4.12. *Permanência de ex-empregados e aposentados*

4.12.1 A permanência de ex-empregados e aposentados observará integralmente os arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998 e a regulamentação vigente da ANS.

4.13. *Atendimento ao usuário, prazos e canais*

4.13.1 A Contratada deverá disponibilizar central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

4.13.2 A Contratada deverá:

- a) disponibilizar cartão digital imediatamente após a inclusão;
- b) efetivar inclusões e exclusões cadastrais em prazo compatível com a regulamentação;
- c) garantir bloqueio imediato do plano em caso de perda, roubo ou extravio de cartão.

4.14. *Preços, faixas etárias e reajustes*

4.14.1 Os preços deverão ser apresentados por faixa etária, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

4.14.2 Os reajustes observarão o interregno mínimo anual e os critérios técnico-atuariais definidos neste Termo de Referência, em plena consonância com o Estudo Técnico Preliminar.

4.15. **Conformidade Regulatória com a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS**

4.15.1 A execução dos serviços objeto da contratação observará, em caráter obrigatório, o disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na Instrução Normativa ANS nº 28/2022, nas Resoluções Normativas ANS nº 465/2021, nº 566/2022, bem como nas demais normas que regem a saúde suplementar, vigentes à época da execução contratual.

4.15.2 As coberturas assistenciais, autorizações, reembolsos, coparticipações, prazos, limites, diretrizes de utilização (DUT), bem como a composição e suficiência da rede credenciada, restringem-se aos termos do plano efetivamente contratado, ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente e às normas regulatórias aplicáveis, vedada qualquer interpretação que amplie obrigações além daquelas legalmente previstas.

4.15.3 A área de abrangência do atendimento, inclusive quanto à rede credenciada, observará exclusivamente os limites e condições do plano contratado, em conformidade com a regulamentação da ANS, especialmente quanto à garantia de atendimento no município de demanda, em municípios limítrofes ou na região de saúde correspondente, quando aplicável.

4.15.4 Nos casos de divergência técnico-assistencial, poderá ser adotado o mecanismo de junta médica, nos termos da regulamentação vigente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sustentabilidade

4.16. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e boas práticas aplicáveis aos serviços administrativos e de saúde:

4.16.1 Priorizar o uso de sistemas eletrônicos e meios digitais para envio de documentos, faturas e comunicações contratuais, reduzindo o consumo de papel e insumos físicos;

4.16.2 Adotar procedimentos de gestão e operação eletrônica, tais como carteirinhas digitais, guias médicas eletrônicas e portais online para autorização de procedimentos, sempre que disponíveis pela operadora, visando minimizar o uso de materiais impressos e deslocamentos desnecessários;

4.16.3 Garantir que a operadora mantenha programas de promoção da saúde e prevenção de doenças, com foco em ações educativas, acompanhamento preventivo e redução de internações evitáveis, contribuindo para o bem-estar dos beneficiários e a sustentabilidade social do serviço.

Subcontratação

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.19. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: A execução do objeto terá início **em até 15 (quinze) dias corridos**, contados da data de assinatura do contrato, mediante a efetiva implantação do plano de saúde coletivo empresarial, com a disponibilização dos meios necessários para adesão dos beneficiários, emissão de cartões de identificação e acesso à rede credenciada.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, observadas as disposições contratuais, legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, compreendendo, no mínimo, as seguintes etapas e rotinas:

a) Implantação inicial do plano, consistindo na apresentação formal do plano de saúde aos empregados do CROSC, disponibilização de canais de atendimento, orientação quanto às condições de adesão, coberturas, coparticipação, carências, reembolsos e rede credenciada;

b) Cadastramento e adesão dos beneficiários, mediante recebimento das informações e documentos encaminhados pela Contratante, observados os prazos regulamentares

para isenção de carências e demais condições previstas em contrato e na regulamentação da ANS;

c) Disponibilização de rede assistencial, própria, credenciada, contratada, cooperada ou referenciada, compatível com a abrangência mínima estadual, garantindo o acesso aos serviços médicos, hospitalares, laboratoriais, ambulatoriais, de urgência e emergência, conforme previsto no contrato e no Termo de Referência;

d) Prestação contínua dos serviços de assistência à saúde, assegurando o atendimento aos beneficiários de forma regular, ininterrupta e em conformidade com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde vigente, bem como com as normas de garantia de atendimento da ANS;

e) Gestão administrativa do contrato, incluindo movimentações cadastrais (inclusões, exclusões e alterações), faturamento, emissão de relatórios, suporte técnico-operacional à Contratante e aos beneficiários, bem como manutenção de canais de atendimento presenciais, telefônicos e digitais;

f) Atualização permanente dos serviços, com a incorporação automática de novos procedimentos, coberturas ou exigências regulatórias que venham a ser instituídas pela ANS durante a vigência contratual;

g) Utilização de tecnologias e sistemas digitais, como aplicativos, portais eletrônicos e sistemas informatizados, destinados à identificação dos beneficiários, autorização de procedimentos, consulta à rede credenciada, acompanhamento de solicitações e acesso a informações relevantes sobre o plano de saúde.

5.1.3 Considerando a natureza contínua do objeto, os serviços serão prestados de forma permanente durante toda a vigência contratual, observando-se o seguinte cronograma básico:

5.1.3.1. Até 15 dias da assinatura do contrato: implantação do plano, disponibilização dos canais de atendimento, rede credenciada e início do processo de adesão dos beneficiários;

5.1.3.2. Durante toda a vigência contratual: prestação contínua dos serviços de assistência à saúde, gestão administrativa, atendimento aos beneficiários, manutenção da rede credenciada e cumprimento das obrigações regulatórias;

5.1.3.3. Anualmente ou quando aplicável: aplicação de reajustes contratuais, atualização de tabelas, revisão cadastral e demais procedimentos administrativos previstos em contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma descentralizada, por meio da rede própria, credenciada, contratada, cooperada ou referenciada da operadora de plano de saúde, em todo o território do Estado de Santa Catarina, especialmente nos municípios onde o CROSC possui unidades físicas, conforme definido no ETP, a saber: Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages, sem prejuízo da utilização da rede assistencial disponível em outros municípios abrangidos pelo plano contratado.

5.3. Os serviços administrativos, de gestão do contrato, atendimento institucional e suporte à Contratante serão prestados na sede da operadora contratada e/ou por meio de canais remotos, tais como central telefônica, portal eletrônico e aplicativos digitais, conforme previsto contratualmente.

5.4. A prestação dos serviços assistenciais observará os horários de funcionamento dos estabelecimentos integrantes da rede assistencial, respeitadas as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, garantindo-se:

- a) Atendimento contínuo e ininterrupto aos beneficiários durante toda a vigência contratual;
- b) Atendimento de urgência e emergência em regime de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos finais de semana e feriados;
- c) Disponibilização de central de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas, bem como canais digitais para informações, autorizações e suporte aos beneficiários;
- d) Atendimento administrativo à Contratante e aos beneficiários em dias úteis, nos horários comerciais praticados pela operadora, sem prejuízo dos atendimentos emergenciais.

Rotinas a serem cumpridas

5.4.1 A execução contratual observará as rotinas:

- a) Implantação e operacionalização do contrato, compreendendo a disponibilização da estrutura necessária para início da prestação dos serviços, incluindo canais de atendimento, sistemas eletrônicos, aplicativos, portal institucional e demais meios necessários à fruição do plano de saúde pelos beneficiários;
- b) Gestão cadastral contínua dos beneficiários, contemplando inclusões, exclusões e alterações de dados, a partir das solicitações formalizadas pela Contratante, observados os prazos, critérios e procedimentos definidos na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e no contrato;
- c) Prestação regular e ininterrupta da assistência à saúde, assegurando o acesso dos beneficiários à rede assistencial, própria ou credenciada, em conformidade com a abrangência, segmentação, coberturas, carências e coparticipações previstas no contrato e na legislação vigente;
- d) Garantia de atendimento nos casos de indisponibilidade ou inexistência de prestador, nos termos da regulamentação da ANS, assegurando soluções assistenciais adequadas, inclusive mediante reembolso ou transporte, quando aplicável;
- e) Manutenção e atualização permanente da rede credenciada, assegurando a compatibilidade com as exigências contratuais, bem como a comunicação tempestiva à Contratante acerca de eventuais alterações relevantes;
- f) Atendimento e suporte aos beneficiários, por meio de canais telefônicos, digitais e presenciais, inclusive com central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, para informações, orientações, solicitações e registros de demandas;
- g) Processamento e controle de autorizações, observados os prazos máximos definidos pela ANS, especialmente nos casos de procedimentos eletivos, urgência e emergência;
- h) Gestão de faturamento e cobrança, com emissão de faturas mensais claras, discriminadas e compatíveis com as condições contratuais, incluindo mensalidades e coparticipações, quando houver;

i) Disponibilização de informações e relatórios à Contratante, sempre que solicitado, referentes à utilização do plano, movimentação cadastral, sinistralidade e demais dados pertinentes à gestão contratual, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais;

j) Observância integral das normas legais e regulamentares, especialmente aquelas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como das cláusulas contratuais e disposições deste Termo de Referência;

k) Adoção de medidas de proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas no âmbito da execução contratual.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a Contratante, todos os materiais, sistemas, equipamentos, ferramentas e recursos necessários à adequada prestação dos serviços, promovendo sua atualização ou substituição sempre que necessário, incluindo, no mínimo:*

5.5.1 Sistemas e recursos tecnológicos, tais como portal eletrônico, aplicativos digitais e demais plataformas informatizadas, destinados ao gerenciamento do plano de saúde, identificação dos beneficiários, consulta à rede credenciada, solicitação e acompanhamento de autorizações, bem como acesso a informações contratuais e assistenciais;

5.5.2 *Materiais de identificação dos beneficiários, incluindo cartão digital de identificação individualizado, bem como cartão físico, quando solicitado pelo beneficiário, observado o valor máximo previsto contratualmente, garantindo o acesso regular aos serviços da rede assistencial;*

5.5.3 Canais e materiais de atendimento e comunicação, compreendendo central telefônica de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, serviços de atendimento eletrônico, materiais informativos, orientativos e manuais digitais necessários à correta utilização do plano de saúde, bem como suporte administrativo à Contratante para a gestão do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.6.1 Quantitativo estimado de beneficiários: O quantitativo estimado de beneficiários compreende aproximadamente 50 (cinquenta) empregados ativos do CROSC, além de seus respectivos dependentes legais e dependentes especiais, cuja adesão ao plano de saúde é facultativa, nos termos definidos neste Termo de Referência e no contrato.

5.6.2 Distribuição geográfica dos beneficiários:

5.6.2.1. *Os beneficiários encontram-se distribuídos em diferentes municípios do Estado de Santa Catarina, com maior concentração na cidade de Florianópolis, bem como nas localidades onde o CROSC mantém unidades físicas, a saber: Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages, circunstância que demanda rede assistencial com abrangência mínima estadual.*

5.6.3 Características assistenciais da demanda

5.6.3.1. A demanda envolve a prestação de **serviços continuados de assistência à saúde**, abrangendo cobertura ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, atendimentos de urgência e emergência, exames, terapias, internações, procedimentos de alta complexidade e demais coberturas previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, observadas as regras de carência, coparticipação, reembolso e garantia de atendimento estabelecidas neste Termo de Referência e na regulamentação vigente.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1 **Planejamento da transição contratual**, a ser realizado de forma coordenada entre a Contratante e a Contratada, sempre que houver encerramento do contrato ou substituição da operadora, com antecedência suficiente para evitar descontinuidade na prestação dos serviços;

5.8.2 **Manutenção da assistência aos beneficiários até o término da vigência contratual**, assegurando a plena execução das coberturas contratadas, inclusive para beneficiários em tratamento contínuo, em observância às normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

5.8.3 **Disponibilização das informações necessárias à migração contratual**, quando aplicável, incluindo dados cadastrais, histórico de movimentações e demais informações indispensáveis à transição, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais;

5.8.4 **Encerramento das movimentações cadastrais**, com processamento das inclusões, exclusões e alterações solicitadas pela Contratante até a data final de vigência do contrato;

5.8.5 **Apresentação da fatura final**, contemplando as mensalidades e coparticipações devidas até o encerramento do contrato, de forma clara e discriminada;

5.8.6 **Observância das regras legais relativas à permanência de beneficiários**, quando aplicável, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998 e da regulamentação vigente da ANS;

5.8.7 **Encerramento formal da execução contratual**, mediante a quitação das obrigações contratuais, administrativas e financeiras entre as partes, sem prejuízo da responsabilidade por eventuais obrigações remanescentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.15.1 *Verificação do cumprimento das coberturas assistenciais, carências, coparticipações, reembolsos e garantias de atendimento, em conformidade com o contrato, o Termo de Referência e a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;*

6.15.2 *Acompanhamento da manutenção e adequação da rede assistencial credenciada, especialmente quanto à abrangência mínima estadual, disponibilidade de prestadores nos municípios de interesse da Contratante e observância dos prazos máximos de atendimento;*

6.15.3 *Análise das faturas mensais, relatórios, movimentações cadastrais e informações prestadas pela Contratada, bem como do funcionamento dos canais de atendimento aos beneficiários e à Contratante, assegurada a observância da legislação de proteção de dados pessoais.*

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022. Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a

análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.7.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



7.23.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Serviços de Saúde (IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.34. *Não será admitida a antecipação de pagamento em nenhuma situação*

Reajuste/Repactuação e Reequilíbrio Econômico Financeiro

7.35. *Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, qual seja, 25/11/2025, nos termos da legislação aplicável.*

7.36. *Após o transcurso do período mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste contratual das mensalidades poderá ocorrer anualmente, mediante apuração da variação dos custos assistenciais do contrato, com base no comportamento da sinistralidade da carteira vinculada à Contratante, observada metodologia técnico-atuária idônea e as normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.*

7.37. *Considerando a natureza dos planos de saúde coletivos, admite-se a pactuação de cláusula específica de reequilíbrio econômico-financeiro, vinculada à sinistralidade do contrato, entendida como a relação percentual entre os custos da assistência médico-hospitalar prestada aos beneficiários e a receita auferida pela operadora, compreendendo as mensalidades e eventuais coparticipações.*

7.38. *Verificada, ao final do período de apuração anual, sinistralidade superior ao ponto de equilíbrio previamente pactuado, poderá ser promovido o reajuste das mensalidades, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o disposto na regulamentação vigente.*

7.39. *Nos termos da Lei nº 9.656/1998, o valor das mensalidades do plano de saúde e os critérios objetivos para aplicação de reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro deverão estar expressamente previstos no contrato, de forma clara, transparente e previamente conhecida pelas partes.*

7.40. *Para fins de referência técnica, considera-se amplamente adotado no mercado de planos de saúde coletivos o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) como ponto de equilíbrio da sinistralidade, sem prejuízo da adoção de metodologia específica, devidamente justificada e compatível com as normas da ANS.*

7.41. *Assim, o valor do contrato também poderá ser revisto quando, comprovadamente, tiver sofrido desequilíbrio econômico-financeiro, estando entre as possíveis causas a sinistralidade, conforme abaixo especificado:*

7.41.1 Sinistralidade: índice expresso em percentual (%), obtido pela divisão entre o valor em reais (R\$) dispendido pela Operadora de Saúde a título de despesa assistencial durante o período de análise e a receita líquida do plano durante o mesmo período.

7.41.2 Sinistralidade Meta (SM): índice expresso em percentual (%), que indica a meta de sinistralidade contratada de 75% (setenta e cinco por cento).

7.42. **Caso seja verificado o desequilíbrio econômico-atuarial do contrato, este será reavaliado. Na presente contratação, o desequilíbrio será constatado quando o nível de sinistralidade da carteira ultrapassar o índice de 75% (setenta e cinco por cento), cuja base é a proporção entre as despesas assistenciais e a receita líquida do plano, apuradas no período de cálculo do reajuste.**

$$\text{Sinistralidade} = \left(\frac{\text{Despesa Assistencial} - \text{Coparticipação}}{\text{Receita Líquida do Plano}} \right) * 100$$

7.43. **O reajuste será aplicado conforme variação positiva do IPCA acumulado no período de vigência do contrato, somado ao Índice de Reajuste Técnico (IRT), quando a sinistralidade ultrapassar o índice de 75% (setenta e cinco por cento). Neste caso, o índice de reajuste será composto pela soma do IPCA e do IRT.**

$$\text{Reajuste} = \text{IPCA} + \text{IRT}$$

7.44. **O Índice de Reajuste Técnico (IRT) é calculado com base na fórmula indicada abaixo. A multiplicação por 100 é aplicada apenas para transformar o índice de sinistralidade em percentual.**

$$\text{IRT} = \left(\frac{\text{Sinistralidade}}{75\%} - 1 \right) * 100$$

7.45. **O Índice de Sinistralidade será apurado com defasagem de 4 (quatro) meses em relação ao início do período de aplicação do reajuste.**

7.46. **Independentemente do número de beneficiários inscritos no contrato, se o IPCA acumulado no período de análise for:**

- a) Igual a zero ou negativo, e a sinistralidade ultrapassar o índice de 75%, o percentual será negociado pelas partes, não podendo ser aplicado percentual inferior ao Índice de Reajuste Técnico (IRT).**
- b) Igual a zero ou negativo, e a sinistralidade for igual ou inferior a 75%, poderá ser negociado percentual entre as partes, que não será superior ao índice fixado pela ANS para os contratos de planos individuais/familiares.**
- c) No cenário em que o IPCA esteja positivo e a sinistralidade esteja menor ou igual a 75%, o percentual de reajuste se dará pelo IPCA Serviços de Saúde.**

7.47. **Para fins de aplicação do reajuste, a Contratada deverá apresentar nota técnica atuarial, contendo, no mínimo, a memória de cálculo, a metodologia utilizada, o demonstrativo de sinistralidade e a justificativa técnica do percentual proposto.**

7.48. **O reajuste ficará condicionado à análise, validação e concordância da Contratante, sendo vedada a aplicação automática de qualquer percentual sem a correspondente fundamentação técnico-atuarial.**

Para fins desta apuração:



a) **Despesas Assistenciais:** correspondem à soma de todas as despesas assistenciais incorridas no período, incluindo pagamentos a prestadores e fornecedores de serviços em saúde, reembolsos aos beneficiários, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS e despesas decorrentes de demandas judiciais de natureza assistencial;

b) **Coparticipações:** correspondem à soma de todos os valores de coparticipação efetivamente pagos pelos beneficiários no período, os quais não integram as receitas líquidas de contraprestações para fins de apuração da sinistralidade;

c) **Receitas Líquidas de Contraprestações:** correspondem à soma dos valores de mensalidades efetivamente arrecadados no período, excluídos os valores de coparticipação.

A apuração da quantidade de beneficiários será realizada anualmente, observados os seguintes critérios:

I – na primeira apuração, será considerada a quantidade de beneficiários existente na data de assinatura do contrato;

II – nas apurações subsequentes, será considerada a quantidade de beneficiários existente na data do último aniversário do contrato.

A apuração da sinistralidade e a aplicação de eventual reajuste deverão ser formalmente demonstradas por meio de nota técnica atuarial, submetida à análise e validação da Contratante.

7.49. *As variações decorrentes de mudança de faixa etária, quando aplicáveis, observarão exclusivamente a regulamentação específica da ANS, não se confundindo com o reajuste anual previsto nesta cláusula.*

7.50. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.51. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.52. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.53. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.54. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.55. *Não será admitida a cessão de crédito para esta contratação.*

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o

Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. *Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional ANS – Agência Nacional de Saúde, em plena validade.*

9.32. *Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (CRM-SC).*

9.33. *Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (CRM-SC).*

9.34. Atestado de Capacidade Técnica de forma que comprovem atendimento em âmbito no mínimo Estadual, já prestado a um quantitativo de beneficiários não inferior ao público potencial do CROSC.

9.34.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34.5 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. ***A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema***

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. ***Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá demonstrar que possui, na data da licitação, rede credenciada ativa e compatível com os parâmetros mínimos estabelecidos no Termo de Referência, observadas a abrangência geográfica e as exigências específicas por município ou região.***

9.36.1 A comprovação dar-se-á, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.36.1.1. *Declaração formal, assinada pelo representante legal da licitante, atestando que atende integralmente aos parâmetros mínimos de rede credenciada estabelecidos no Termo de Referência, por município ou região de abrangência, incluindo hospitais, clínicas, laboratórios/postos de coleta, profissionais médicos e cobertura mínima de especialidades;*

9.36.1.2. *Quadro-resumo da rede credenciada, por município ou região, contendo exclusivamente os quantitativos globais, no mínimo, dos seguintes itens:*

9.36.1.2.1. *número de hospitais credenciados;*

9.36.1.2.2. *número de clínicas credenciadas;*

9.36.1.2.3. *número de laboratórios ou postos de coleta;*

9.36.1.2.4. *número de médicos com registro ativo no CRM;*

9.36.1.2.5. *percentual de especialidades médicas atendidas em relação ao total de especialidades reconhecidas;*

9.36.1.3. *Indicação da fonte oficial de consulta da rede credenciada, tais como:*

9.36.1.3.1. *link público do portal da operadora;*

9.36.1.3.2. *sistema eletrônico de consulta à rede credenciada disponibilizado aos beneficiários;*

9.36.1.3.3. *outro meio oficial que permita a verificação pública da rede informada.*

9.36.1.4. *Parâmetros mínimos por município ou região*

9.36.1.4.1. *A rede credenciada deverá atender, no mínimo, aos parâmetros definidos no Termo de Referência, observadas as particularidades de cada localidade, incluindo:*

9.36.1.4.2. *Município de Florianópolis/SC*

9.36.1.4.3. *Atendimento integral aos parâmetros mínimos de rede estabelecidos no Termo de Referência para a capital, incluindo, entre outros:*

9.36.1.4.4. *quantitativo mínimo de hospitais, clínicas, laboratórios/postos de coleta;*

9.36.1.4.5. *quantitativo mínimo de médicos com CRM ativo;*

9.36.1.4.6. *atendimento em percentual mínimo das especialidades médicas reconhecidas.*

9.36.1.4.7. *Demais municípios do Estado de Santa Catarina*

9.36.1.4.8. *Rede credenciada compatível com os parâmetros mínimos definidos no Termo de Referência para municípios do interior, observada a proporcionalidade e a suficiência da rede para atendimento adequado dos beneficiários.*

9.36.1.4.9. *Atendimento fora do município de domicílio*

9.36.1.4.10. *Garantia de atendimento conforme regras de abrangência, urgência e emergência, e demais condições assistenciais previstas no Termo de Referência e na regulamentação aplicável.*

9.36.2 Diligência para verificação da rede

9.36.2.1. O CROSC reserva-se o direito de, antes da adjudicação, solicitar exclusivamente do licitante melhor classificado a apresentação da relação detalhada da rede credenciada, para fins de validação das informações declaradas, contendo, no mínimo:

9.36.2.1.1. nome do estabelecimento ou profissional;

9.36.2.1.2. especialidade ou tipo de atendimento;

9.36.2.1.3. endereço completo e município;

9.36.2.1.4. situação do credenciamento (ativo).

9.36.3 A não comprovação da conformidade da rede credenciada com os parâmetros mínimos estabelecidos no Termo de Referência ensejará a inabilitação da licitante, com a convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

9.36.4 Responsabilidade pelas informações prestadas

9.36.4.1. A apresentação de informação falsa, imprecisa ou incompatível com a realidade, inclusive quanto à dimensão ou composição da rede credenciada, sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente, sem prejuízo da inabilitação no certame.

Declarações

9.37. Declaração da própria licitante informando:

9.37.1 Que possuirá, na data de assinatura do contrato, cobertura e custeio de atendimento em rede credenciada, através de um número de credenciados suficiente para atender ao grupo de beneficiários, em especial nos estados de Santa Catarina, em conformidade com o presente Termo de Referência;

9.37.2 Que possuirá instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) com a Contratante, suficientes para atender prontamente às demandas inerentes ao objeto a ser contratado;

9.37.3 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

9.37.4 Para assinatura do contrato, deverá apresentar:

9.37.5 Tabela de serviços e procedimentos, com respectivos valores, praticados pela contratada, inclusive para questões de reembolso;

9.37.6 Documentos que comprovem a existência de profissionais credenciados, clínicas, laboratórios, centros radiológicos, referentes às especialidades descritas no Edital e no Termo de Referência, que devem também estar disponíveis em sítios, (sites na Internet) com informações atualizadas, sobre como identificar a rede credenciada. Os serviços especificados devem ser oferecidos em âmbito no mínimo Estadual (Santa Catarina), dessa forma, as empresas licitantes devem possuir uma denominação (nomenclatura) única, manifestamente reconhecida em todo o território previsto, ou, fornecer informações claras de como serão identificados;

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado da contratação não é passível de fixação em valor global, em razão da natureza do objeto e da livre adesão dos beneficiários, uma vez que a efetiva despesa dependerá de variáveis futuras e incertas, tais como:*

- 10.1.1 a quantidade de empregados e dependentes que optarão pela adesão ao plano;
- 10.1.2 a escolha individual do tipo de acomodação (enfermaria ou apartamento), cujos valores são distintos;
- 10.1.3 a composição etária dos beneficiários aderentes;
- 10.1.4 eventuais inclusões e exclusões ao longo da vigência contratual.

10.2. *Em razão dessas variáveis, não há como estimar previamente o custo total da contratação, inexistindo obrigação financeira mínima por parte da Contratante.*

10.3. *Dessa forma, a estimativa de custos foi realizada por item, considerando o valor unitário por beneficiário (vida), segregado por faixa etária e por tipo de acomodação, conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

10.4. *A despesa da Contratante decorrerá exclusivamente das adesões efetivamente formalizadas, não havendo garantia de volume mínimo de beneficiários, nem compromisso de adesão integral do quadro de empregados.*

10.5. *Os valores unitários estimados por vida, por faixa etária e por tipo de acomodação, constantes da tabela do item 1.1 do TR, constituem o parâmetro máximo aceitável para fins de julgamento da proposta, de medição, faturamento e pagamento.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CROSC.

1.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1.4. Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.01.002-Plano de Saúde

12. DISPOSIÇÕES FINAIS



12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Florianópolis, 15 de dezembro de 2025.

Assinado eletronicamente

Flávia Vaz Ramos Soares Damaso

Setor de Licitações

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Número do Processo 0046/2025

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Pretende-se nesse ETP analisar a viabilidade da Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência no mínimo Estadual, a todos os empregados

ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de até 50% (**até** cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento, conforme especificações a serem descritas nesse ETP e em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato.

O CROSC possui em seu quadro funcional aproximadamente 50 empregados, para os quais oferece benefícios com o objetivo de proporcionar um ambiente de trabalho saudável e adequado ao crescimento profissional, incentivando os colaboradores a realizarem suas tarefas com qualidade e satisfação. Atualmente o CROSC disponibiliza um plano de saúde; no entanto, devido à impossibilidade de renovação do contrato vigente, é necessário iniciar um novo processo para viabilizar uma nova contratação.

A contratação planejada visa assegurar a segurança e o bem-estar dos funcionários do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina no âmbito da saúde. Isso se justifica pelo fato de que, apesar do acesso constitucionalmente garantido à assistência à saúde proporcionada por entidades públicas, essa oferta ainda não atende de maneira satisfatória às necessidades atuais daqueles que dela necessitam.

Justifica ainda a contratação, o fato de a assistência à saúde prestada pelos planos ou seguros privados, embora apresente suas deficiências, é considerada no Brasil como o melhor atendimento a assistência de saúde odontológica prestados às pessoas assistidas. Ademais, Investir na promoção da saúde dos trabalhadores traz benefícios positivos para a qualidade de vida e do trabalho.

Por fim, a prestação de assistência à saúde está prevista na convenção coletiva do CROSC, tornando a contratação desses serviços não apenas uma opção, mas uma obrigação para esta entidade.

2.1 Motivação/Justificativa

Os serviços de Plano de Saúde devem ser oferecidos de forma contínua, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho do CROSC, que estipula a contratação de operadora de Plano de Saúde para a prestação de assistência médica, hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, aos funcionários desta autarquia que optarem por aderir ao Plano.

Destaca-se que atualmente temos esses serviços contratados, contudo, o contrato vigente para a prestação desses serviços expirou e não pode ser renovado.

É importante salientar que, embora expirado, não é viável rescindir o contrato, pois os benefícios decorrentes desse contrato, concedidos aos funcionários do CROSC, são respaldados por acordo coletivo como um direito adquirido. Diante dessa situação, é imperativo iniciar um novo processo para a contratação desses serviços com a máxima brevidade.

Atualmente os colaboradores do CROSC estão distribuídos nas seguintes localidades do estado:

Local de Trabalho	Quantidade
Sede Florianópolis	43
Delegacia de Blumenau	01
Delegacia de Chapecó	01
Delegacia de Criciúma	02
Delegacia de Joinville	01
Delegacia de Lages	02

A contratação deste serviço proporcionará assistência médica em no mínimo todo o território Estadual, garantindo que os colaboradores e seus dependentes legais tenham acesso a serviços essenciais para a preservação da saúde.

O acesso ao serviço complementar de assistência a saúde permite a prevenção, promoção de saúde, bem como a cura de patologias dos empregados e seus dependentes legais, dando qualidade de vida, diminuição do absenteísmo, visto que o afastamento das atividades pode ter relação direta com problemas de saúde, sejam eles de origem física ou mental.

O referido plano de assistência visa proporcionar cobertura de procedimentos necessários para prevenção e tratamento da saúde dos colaboradores e seus dependentes legais, assegurando o amparo, bem-estar, tranquilidade e segurança aos respectivos usuários.

É de conhecimento geral que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de assegurar atendimento público de saúde a toda a

população brasileira. Contudo, há um consenso de que o referido sistema público padece de deficiências, não garantindo a segurança dos direitos essenciais do ser humano.

A intenção precípua é oferecer uma assistência médica eficiente e digna, seja na atividade funcional ou na vida privada, bem como reduzir ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional.

Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode comprometer a assistência à saúde dos Colaboradores e, conseqüentemente, a continuidade das atividades do CONTRATANTE.

Com a contratação do serviço espera-se com benefícios diretos e indiretos:

- a) Aumentar a satisfação dos Colaboradores;
- b) Prevenir problemas de saúde e reduzir o absenteísmo;
- c) Proporcionar maior acesso aos tratamentos médicos;
- d) Melhorar a percepção da saúde global dos Colaboradores.

Ademais, o Plano de Assistência a saúde está expressamente previsto na convenção coletiva do CROSC, tendo essa autarquia como obrigação, realizar essa contratação a fim de cumprir o estabelecido na convenção.

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual para o ano de 2025.

3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da Área requisitante: Recursos Humanos

Nome do responsável: Sergio Bernardo Gonçalves

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

III - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

O serviço possui natureza contínua e terá sua vigência por 30 meses, prorrogáveis por igual período até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base na lei 14.133/2021 por se tratar de execução continuada, em que sua interrupção possa comprometer o desempenho da prestação, ou seja, o serviço é uma necessidade permanente.

A justificativa para a contratação por um período superior a um ano fundamenta-se na complexidade e na relevância do objeto a ser contratado, que visa garantir o bem-estar em saúde dos funcionários e seus dependentes, incluindo casos que envolvem tratamentos contínuos e doenças pré-existentes.

Ademais, o modelo plurianual oferece vantagens econômicas, pois, devido às características do objeto, permite uma amostra maior para a diluição dos custos, levando em consideração a relação entre sinistralidade e arrecadação.

Considerando a natureza essencial dos serviços a serem prestados, não é apropriado restringir a contratação a apenas um ano, já que os beneficiários estabelecem relações de confiança e segurança com os estabelecimentos e profissionais credenciados pela operadora de saúde contratada.

Por fim, com base em experiências anteriores, a implementação de reajustes anuais nos índices acordados demonstrou ser mais vantajosa em termos financeiros do que realizar uma nova contratação a cada ano, proporcionando maior segurança jurídica e financeira tanto para todos os beneficiários quanto para o próprio CROSC.

Adicionalmente, deve-se considerar que uma contratação complexa como essa gera ônus para a Administração, uma vez que o processo licitatório demanda tempo e recursos humanos, sendo um fluxo extremamente detalhado e rígido, o que muitas vezes inviabiliza sua execução devido ao tempo necessário.

O critério de adjudicação dos serviços a serem contratados será o de menor preço unitário (Por vida), atendidas as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Deverá ser comprovado pela empresa licitante:

Registro válido junto à ANS-Agência Nacional de Saúde Suplementar, para comprovar que a licitante está apta a comercializar os produtos (Planos) cotados, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98;

Atestado de Capacidade Técnica de forma que comprovem atendimento em âmbito no mínimo Estadual, já prestado a um quantitativo de beneficiários não inferior ao público potencial do CROSC;

Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Medicina/CRM);

Declaração da própria licitante informando:

Que possuirá, na data de assinatura do contrato, cobertura e custeio de atendimento em rede credenciada, através de um número de credenciados suficiente para atender ao grupo de beneficiários, em especial nos estados de Santa Catarina, em conformidade com o presente Termo de Referência;

Que possuirá instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) com a Contratante, suficientes para atender prontamente às demandas inerentes ao objeto a ser contratado;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Para assinatura do contrato, deverá apresentar:

Tabela de serviços e procedimentos, com respectivos valores, praticados pela contratada, inclusive para questões de reembolso;

Documentos que comprovem a existência de profissionais credenciados, clínicas, laboratórios, centros radiológicos, referentes às especialidades descritas no Edital e no Termo de Referência, que devem também estar disponíveis em sítios, (sites na Internet) com informações atualizadas, sobre como identificar a rede credenciada. Os serviços especificados devem ser oferecidos em âmbito no

mínimo Estadual (Santa Catarina), dessa forma, as empresas licitantes devem possuir uma denominação (nomenclatura) única, manifestamente reconhecida em todo o território previsto, ou, fornecer informações claras de como serão identificados;

Os serviços deverão abranger, no mínimo, as especialidades previstas nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com rede credenciada mínima especificada no Termo de Referência.

Deverá ter cobertura para todos os procedimentos de assistência e serviços médicos previstos e autorizados pelas normas em vigor, previsto no rol de procedimentos e eventos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): urgência e emergência, ambulatorial, laboratorial, hospitalar e obstetrícia; remoções por via terrestre; tratamentos, terapias, exames complementares e internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive aquelas de maior complexidade, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva e utilização de leitos especiais.

A Contratada deverá ofertar planos de assistência médica regulamentados, atendendo às exigências da Lei nº 9.656/98 e Resolução Normativa - RN n.º 465, de 24 de fevereiro de 2021, devendo ser permanentemente atualizados pelas Resoluções Normativas editadas pela ANS durante a vigência do contrato, bem como as demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, garantindo todas as coberturas estipuladas em legislação vigente, mesmo não estando especificadas neste Termo.

A prestação de serviços compreende consultas médicas, cirurgias, serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, hospitalares, de diagnóstico, tratamento, de terapia, remoções e atendimentos de urgência e emergência. A assistência médica e hospitalar de que trata este instrumento compreende todas as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde.

A prestação dos serviços será executada por meio de rede própria da Contratada ou por terceiros por ela credenciados, incluindo profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas básicas e especializadas, laboratórios, etc.

Os serviços médico-hospitalares deverão ser prestados por médicos, hospitais/maternidades e serviços (clínicas de diagnose e imagem, laboratórios) em todo o Estado de Santa Catarina, sendo que a maior concentração de atendimento estará localizada na cidade de Florianópolis/SC.

Rede Credenciada:

A rede credenciada deverá oferecer estabelecimentos em no mínimo todo o Estado de Santa Catarina.

Extremamente importante ressaltar que a solicitação para que exista uma boa rede credenciada nas cidades especificadas deve-se ao fato de o CROSC possuir funcionários residentes e/ou domiciliados nestas cidades. Portanto, como um dos objetivos desta contratação é oferecer uma assistência à saúde eficiente e digna, seja na atividade funcional, seja na vida privada dos funcionários.

Abrangência:

Oferecer rede credenciada em todos os municípios onde o CROSC tem unidades físicas: Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

No âmbito da Região Metropolitana de Florianópolis deverá:

Abranger, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das especialidades médicas reconhecidas; e ser prestada assistência mediante credenciamento em, no mínimo, 15 (quinze) hospitais, 170 (cento e setenta) clínicas, 70 (setenta) postos de coletas de exames laboratoriais e 1.500 (um mil e quinhentos) profissionais médicos com registro ativo no Conselho Regional de Medicina.

Oferecer, no mínimo, 1 (um) hospital de rede própria, credenciada, contratada, cooperada ou referenciada nos Municípios de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

Nos casos de indisponibilidade de prestador integrante da rede assistencial no município, o atendimento deverá ser realizado com base na Resolução Normativa 566/2022.

Prestação do Serviço:

São premissas do serviço contratado:

- Prestar atendimento em meio de rede própria, cooperada ou credenciada;
- Assegurar aos beneficiários regularmente cadastrados a assistência à saúde de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela ANS;
- Contemplar a cobertura de todos os procedimentos constantes do plano de referência instituído pelo art. 10, observadas as exceções ali previstas, além das coberturas

arroladas nos incisos I, II, e III do art. 12, ambos da Lei n. 9.656, 3 de junho de 1998, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

- Abranger todos os procedimentos novos que venham a ser incluídos no rol de procedimentos da ANS durante a vigência contratual;
- Garantir a cobertura de doenças, tratamentos e internações preexistentes, observadas as regras da Declaração de Saúde (DS), Cobertura Parcial Temporária (CPT) e de carência nos Procedimentos de Alta Complexidade (PAC), conforme doravante será previsto no Termo de Referência;
- Manter a capacidade de atendimento durante a vigência do contrato, mediante a apresentação de relação dos credenciamentos ou manual atualizado com nomes, endereços e telefones de médicos, hospitais e clínicas de pronto atendimento e laboratórios disponíveis para atendimento, sempre que demandada;
- Expedir, por meio digital, em aplicativo próprio, sem prejuízo de qualquer atendimento, o cartão de identificação ou documento equivalente individualizado para cada beneficiário cadastrado, a ser utilizado na fruição dos serviços contratados;
- Expedir além do cartão digital, por solicitação do beneficiário, ao custo máximo de R\$ 20,00 (vinte reais) e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cartão físico de identificação ou documento equivalente individualizado, a ser utilizado na fruição dos serviços contratados;
- Não cobrar qualquer taxa administrativa quando ocorrerem inclusões, exclusões ou alteração do padrão de acomodação, abrangência do plano e formas de coparticipação;
- Disponibilizar aos beneficiários atendimento em sede ou escritório na Capital do Estado de Santa Catarina, central telefônica de atendimento 24 horas (serviço 0800), bem como portal da operadora de saúde na Internet ou em aplicativos disponíveis para computadores, tablets e celulares, como propósito de fornecer, no mínimo, serviços online e informações a respeito dos produtos e serviços próprios, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados oferecidos pelo plano de assistência à saúde;
- Aplicar soluções adequadas com vistas à garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência no portal da operadora na Intranet ou em aplicativos disponíveis para

computadores, tablets e celulares, conforme melhores práticas e diretrizes adotadas para esse fim;

- Arrolar e divulgar os eventos que necessitem de autorização/senha para a realização, tornando-os públicos e fornecendo-os ao CROSC;
- Exigir autorização somente para a realização de exames complementares em situações que envolvam procedimentos eletivos, cujas rotinas da empresa a ser contratada antecipadamente definam como dependentes de avaliação pericial e/ou de auditoria prévias;
- Não exigir, nos casos de urgência e emergência, autorização prévia para realização de qualquer exame ou procedimento;
- Garantir o acesso à acomodação em nível superior, sem custo adicional, quando não houver acomodação hospitalar disponível na rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada, de acordo com o padrão de conforto escolhido pelo beneficiário;
- Ter credenciados, durante a vigência do contrato, profissionais de todas as especialidades médicas e serviços de diagnósticos/tratamento compatíveis com a amplitude e abrangência do plano de saúde, mantendo, no mínimo, as condições apresentadas por ocasião da licitação, e, conforme as normas da ANS, se a Operadora não tiver prestador credenciado, o beneficiário poderá buscar atendimento médico particular e solicitar reembolso;
- É vedado, em qualquer hipótese, exigir cheque-caução aos beneficiários pelos estabelecimentos próprios credenciados, contratados, cooperados ou referenciados da operadora, para realização de qualquer atendimento, exame, procedimento ou internação hospitalar.
- A empresa a ser contratada deverá orientar os serviços contratados / credenciados / referenciados / cooperados quanto a essa vedação e, em sendo a hipótese, fornecer imediatamente as autorizações aos prestadores de serviço;
- Disponibilizar aos beneficiários os serviços discriminados no presente estudo/abaixo, além de todos os outros arrolados na cobertura mínima da Resolução Normativa ANS

465/2021 e suas atualizações (pela ANS), bem como da garantia de atendimento prevista na Resolução Normativa ANS 566/2022 e suas atualizações (pela ANS);

- Não haverá carências nos contratos coletivos empresariais com 30 (trinta) participantes ou mais, para os beneficiários que formalizarem o pedido de ingresso no plano de saúde em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato coletivo ou de sua vinculação à pessoa jurídica contratante, nos termos da regulamentação vigente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- Nos casos que envolvam carência, a contagem para cada beneficiário se dará a partir de seu ingresso no plano de saúde;
- Os casos de urgência e emergência são aqueles previstos no art. 35-C da Lei 9656/1998.
- Doença preexistente é aquela de que o beneficiário é sabedor no momento da contratação ou adesão do plano;
- O beneficiário deverá preencher declaração de saúde no momento da contratação ou adesão;
- Os direitos de permanência no plano aos demitidos ou exonerados sem justa causa e aposentados que contribuírem para o plano, serão tratados conforme disposto nos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 1998, observada a Resolução Normativa nº 488, de 2022.
- Caberá tão somente a pessoa jurídica contratante solicitar a suspensão ou exclusão de beneficiários do plano de saúde.
- A contratada só poderá excluir ou suspender a assistência à saúde de beneficiário nas hipóteses da IN ANS 28/2022, título XVI.
- O contrato não poderá receber reajuste em periodicidade inferior a 12 meses, ressalvadas as variações do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária (artigo 25, da RN 557/2022);
- O valor das mensalidades e a tabela de preços para novas adesões serão reajustados anualmente, de acordo com o índice eleito que será apurado no período de 12 meses consecutivos, e o tempo de antecedência em meses da aplicação do reajuste em relação à data-base de aniversário, considerada esta o mês de assinatura do Contrato;

- Poderá ser realizado o agrupamento de contrato, observada a RN n. 565/2022.
- A contratante deve informar os dados cadastrais dos beneficiários do plano, bem como dos documentos que dão suporte às referidas informações à contratada, nos termos da RN n. 529/2022.
- A resposta à solicitação de autorização prévia do procedimento será dada, no prazo máximo de um dia útil, a partir do momento da solicitação, ou em prazo inferior, quando caracterizada a urgência (art. 4º, IV, da Resolução CONSU nº 8/98);
- Os serviços diagnósticos, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais podem ser solicitados pelo médico assistente ou cirurgião-dentista, não podendo haver restrição aos não pertencentes à rede própria ou contratualizada da operadora referenciados/cooperados/credenciados;
- Os procedimentos comprovadamente de urgência/emergência não necessitam de autorização prévia, podendo a solicitação ocorrer em até 2 dias úteis após o atendimento, ficando a cobertura sujeita à análise e autorização dentro do prazo regulamentar.
- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- Consultas e serviços auxiliares de diagnóstico e terapêutica:
 - a) consultas em consultórios particulares, com horário previamente estabelecido e em regime de livre escolha dentre os profissionais credenciados ou conveniados;
 - b) consultas em serviço de pronto-socorro credenciado pelo licitante vencedor, para os casos de urgência/emergência, por meio de médicos plantonistas; e
 - c) serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, mediante requisição médica.
- Assistência hospitalar:

a) critério do beneficiário e de acordo com a modalidade do plano contratado, internação com direito a acompanhante, para tratamentos obstétricos, clínicos, cirúrgicos e pediátricos, nos hospitais credenciados pela contratada;

b) serviços de enfermagem durante o período de internação ou no transcorrer de procedimentos médicos reconhecidos pelos órgãos competentes;

c) utilização de salas de cirurgias, de parto e berçário;

d) fornecimento de medicamentos reconhecidos pelos órgãos competentes e prescritos durante o período de internação ou no transcorrer de procedimentos médicos;

e) realização de exames e tratamentos complementares solicitados pelo médico para controle da doença do paciente internado;

f) realização de cirurgia plástica reparadora, nos casos de deformidades congênicas ou adquiridas por doenças desfigurantes, ou, ainda, em casos de sequelas provenientes; g) de acidentes que comprometam a capacidade laborativa ou a imagem estética do beneficiário;

h) atendimento em consultório e assistência hospitalar nas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e em quaisquer outras que vierem a ser homologadas por este durante a vigência da contratação;

i) demais atendimentos de cobertura mínima obrigatória de acordo com o Rol de Procedimentos atualizado conforme a Resolução Normativa ANS n. 465/2021, e suas atualizações posteriores.

- **Reembolso**

a) Será realizado reembolso, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pela contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo produto, pagáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação adequada;

b) Na hipótese de aplicação das regras de garantia de atendimento da RN 566/2022, caso o beneficiário seja obrigado a arcar com os custos do atendimento, a operadora

deverá reembolsá-lo integralmente, inclusive despesas com transporte, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da solicitação, observados os §§ do art. 10 da RN 566/2022

Adesão dos Beneficiários:

É voluntária a adesão e a exclusão de qualquer beneficiário no Plano de Assistência à Saúde de que trata este instrumento.

Em razão da idade ou da condição de pessoa portadora de deficiência, ninguém poderá ser impedido de participar dos Planos de Assistência à Saúde de que trata este instrumento (Art. 14 da Lei nº 9.656/98).

A adesão dos titulares e dependentes será realizada mediante preenchimento de Formulário Cadastral de Movimentação, assinado pela CONTRATANTE, a ser fornecido pela operadora CONTRATADA.

A adesão dos beneficiários dependentes dependerá da participação do beneficiário titular, ou seja, não haverá adesão de beneficiário dependente sem a adesão do titular.

A adesão dos beneficiários dependentes deverá se dar no mesmo plano escolhido pelo respectivo beneficiário titular, dentre os oferecidos pela Contratada, desde que o ônus decorrente da adesão seja da inteira responsabilidade do beneficiário titular, que deverá autorizar o competente desconto em folha de pagamento, cabendo ao CRO-SC arcar com a responsabilidade do repasse desse pagamento, de acordo com a tabela de valores do plano escolhido.

Para efeito deste instrumento, são considerados beneficiários do Plano de Assistência à Saúde:

- a) Poderão ser beneficiários-titulares: servidores ativos, e ocupantes de cargo em comissão do CROSC.
- b) Poderão ser beneficiários-dependentes dos colaboradores ativos, e dos ocupantes de cargo em comissão do CROSC:
 - b.1) o cônjuge;
 - b.2) o companheiro, desde que comprovada, neste Tribunal, a união estável como entidade familiar;
 - b.3) o filho até vinte e um anos de idade, ou até vinte e quatro anos se estiver cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau, ou o inválido, de qualquer idade, enquanto durar a invalidez;

b.4) o enteado que viva às expensas do beneficiário-titular, até vinte e um anos de idade, ou até vinte e quatro anos se estiver cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau, ou o inválido, de qualquer idade, enquanto durar a invalidez;

b.5) a pessoa que esteja judicialmente sob a responsabilidade e o sustento do beneficiário-titular, até dezoito anos, ou de qualquer idade se inválida;

b.6) o pai e a mãe do beneficiário-titular, desde que comprovada a dependência econômica; e

b.7) o inválido, de qualquer idade, enquanto durar a invalidez, desde que comprovada a dependência econômica em relação ao beneficiário-titular.

c) Poderão ser beneficiários-dependentes especiais: os filhos e enteados entre 21 a 28 anos, independente de estarem cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau, dos servidores ativos, e dos ocupantes de cargo em comissão do CROSC.

Na hipótese prevista neste item, caberá ao beneficiário-titular a quitação do valor integral das mensalidades, da coparticipação e de qualquer outra taxa prevista no contrato, sem qualquer contrapartida do CROSC, que providenciará somente os descontos em folha de pagamento e/ou mediante recolhimento.

Aceitação de beneficiários:

Com relação à aceitação de beneficiários:

- Serão aceitos como beneficiários, sem limite de idade, todos os servidores ativos, e ocupantes de cargo em comissão no CROSC e seus dependentes legais e especiais.
- Deverão ser aceitos no plano de saúde todos os beneficiários (titulares, dependentes e dependentes-especiais) portadores de doenças e lesões preexistentes, crônicas ou congênitas, em igualdade de condições com os demais integrantes do grupo, observadas as seguintes situações:
- Os beneficiários que estiverem em tratamento contínuo deverão ser aceitos no plano de saúde, observadas as coberturas contratadas, o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde vigente e as regras de garantia de atendimento previstas na Resolução Normativa ANS nº 566/2022, assegurando-se a continuidade assistencial nos termos da regulamentação aplicável.
- O beneficiário-titular e seus dependentes deverão informar à Operadora de Saúde, quando expressamente solicitado, por meio do preenchimento do formulário de

Declaração de Saúde (DS), o conhecimento de doenças ou lesões preexistentes à época da inclusão no plano de saúde;

- O beneficiário titular e seus dependentes poderão solicitar um médico indicado pela Operadora de Saúde para orientá-los no preenchimento do formulário de Declaração de Saúde (DS), sem qualquer ônus financeiro;
- Na hipótese de o beneficiário optar por outro médico, que não seja o indicado pela Operadora de Saúde, deverá arcar com o ônus financeiro gerado pela orientação quanto ao preenchimento do formulário de Declaração de Saúde (DS);
- A Operadora de Saúde poderá solicitar ao beneficiário a realização de perícia médica, acompanhada ou não de exames, sem ônus financeiro para o beneficiário titular e seus dependentes, a ser realizada com profissional indicado por aquela;
- Se houver solicitação de exames complementares para auxiliar a avaliação do médico perito, a Operadora de Saúde emitirá guia para realização dos exames e indicará o estabelecimento para realização. O resultado deve ser entregue pelo beneficiário ao médico perito no ato da avaliação e acompanhará o formulário de Declaração de Saúde (DS);
- Efetivados os procedimentos necessários à conclusão do procedimento da Declaração de Saúde (DS), sem a constatação de doença e/ou lesão preexistentes, não haverá alegação posterior dessa condição por parte da Operadora de Saúde;
- Na hipótese de constatação de doença e/ou lesão preexistente, a Operadora de Saúde deverá oferecer aos beneficiários (titulares, dependentes e dependentes-especiais) a Cobertura Parcial Temporária (CPT), que consiste na suspensão, por um período ininterrupto de até 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da adesão ao plano de saúde, da cobertura de Procedimentos de Alta Complexidade (PAC), leitos de alta tecnologia e procedimentos cirúrgicos, relacionados exclusivamente às doenças ou lesões preexistentes declaradas. Os procedimentos sujeitos à Cobertura Parcial Temporária são aqueles classificados como Procedimentos de Alta Complexidade (PAC), conforme especificado pela ANS;]
- Identificado indício de omissão de doença ou lesão preexistente na contratação do plano, a Operadora cientificará o beneficiário por meio de Termo de Comunicação e oferecerá Cobertura Parcial Temporária (CPT) pelo prazo regulamentar. Caso exista recusa de Cobertura Parcial Temporária (CPT) pelo beneficiário ou ausência de manifestação no

prazo regulamentar, a Operadora solicitará a abertura de processo administrativo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS; e

- Na hipótese do item anterior, a negativa de cobertura ou exclusão do beneficiário, assim como a cobrança de despesas realizadas com os procedimentos que seriam objetos de cobertura parcial temporária (CPT), só ocorrerá após a publicação pela ANS do encerramento do processo administrativo, caso venha a ser comprovada a omissão de informação sobre doença ou lesão preexistente conhecida e não declarada.
- Ficarão isentos da análise de doença e lesão preexistente, os beneficiários titulares e dependentes, desde que o pedido de inscrição do beneficiário-titular e de seus dependentes seja formalizado à Operadora de Saúde em até 30 (trinta) dias do início da vigência contratual e/ou do início do vínculo do beneficiário-titular com o CROSC;
- O recém-nascido, filho natural ou adotivo ou sob guarda ou tutela do beneficiário titular ou do beneficiário dependente, será inscrito no plano de saúde, isento da Declaração de Saúde (DS) de doença ou lesão preexistente, desde que:
- a inscrição seja efetuada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do nascimento ou adoção ou guarda ou tutela; e
- o beneficiário-titular tenha cumprido 180 (cento e oitenta) dias de carência, se for o caso; e
- seja elegível como dependente.
- Na hipótese de o beneficiário-titular — pai, mãe ou representante legal — não ter cumprido o período de carência no plano de saúde há mais de 180 (cento e oitenta) dias, se for o caso, o recém-nascido aproveitará o período de carência já cumprido, e deverá cumprir o período remanescente.
- O menor de 12 (doze) anos adotado ou sob guarda ou tutela ou que teve a paternidade/maternidade reconhecida (judicial ou extrajudicialmente) pelo beneficiário-titular será inscrito no plano de saúde, com aproveitamento dos períodos de carência e sem alegação de doença ou lesão preexistente, desde que:
- a inscrição seja realizada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da adoção ou guarda ou tutela ou reconhecimento de paternidade;
- o beneficiário-titular tenha cumprido 180 (cento e oitenta) dias de carência, se for o caso; e

- seja elegível como dependente.
- Com exceção da hipótese de caracterização da Cobertura Parcial Temporária (CPT) em decorrência de doença e/ou lesão pré- existente, todos os demais beneficiários que se encontrarem em qualquer tipo de tratamento de saúde, ambulatorial ou hospitalar, deverão ser aceitos independentemente de estarem internados em entidade hospitalar credenciada/referenciada/contratada cooperada ou não, compreendendo-se, para este efeito, a assunção imediata das despesas com a continuidade do tratamento ou internação diretamente junto ao prestador de serviço; e
- Com exceção da hipótese de caracterização da Cobertura Parcial Temporária (CPT) em decorrência de doença e/ou lesão pré- existente, não haverá qualquer tipo de carência para os beneficiários já inscritos no plano de assistência à saúde, bem como àqueles que solicitarem inclusão no prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento pelo CROSC da qualidade beneficiário-titular e dependente.

Inclusões de novos beneficiários

- Das inclusões em geral: durante a vigência do contrato, as inclusões no plano de saúde com direito à cobertura assistencial imediata deverão ser solicitadas no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência das seguintes hipóteses:
 - a) ingresso de novos colaboradores e respectivos dependentes; e
 - b) constituição de novos dependentes, nos termos das regulamentações do CROSC.
- Da inclusão de neonatos:
 - a) Será assegurada a cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto ou a adoção; e
 - b) Nesses 30 (trinta) dias, será assegurada a inscrição ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que o beneficiário, pai ou mãe, ou responsável legal tenha cumprido o prazo de carência máximo de 180 (cento e oitenta) dias. Caso contrário, a cobertura seguirá os limites das carências já cumpridas pelo pai ou mãe, ou responsável legal.

Novos Beneficiários portadores de doenças e lesões preexistentes:

PROCEDIMENTOS	CARÊNCIA
---------------	----------

Procedimentos de Alta Complexidade no caso de doenças e lesões preexistentes constatadas a partir de Declaração de Saúde (DS) para novos beneficiários	24 horas
--	----------

Outras situações: as inscrições que não se enquadrarem nas hipóteses anteriores cumprirão os seguintes períodos de carência:

PROCEDIMENTOS	CARÊNCIA
Atendimento de urgência e emergência	24 horas
Análises clínicas, exames anatomopatológicos e citológicos (exceto necrópsia), raio-x simples e contrastados, eletrocardiograma e ultrassonografia	30 dias
Consultas médicas	30 dias
Consulta e sessão de fisioterapia	90 dias
Sessão de fonoaudiologia, nutricionista, psicoterapia e terapia ocupacional)	180 dias
Parto a termo	300 dias
Todas as demais coberturas	180 dias

Condições da perda da qualidade de beneficiário:

Ocorrerá a perda da qualidade de beneficiário por desligamento voluntário do colaborador/dependente do plano de saúde, falecimento do beneficiário titular/dependente, exoneração do servidor do cargo efetivo/em comissão, bem como se alguma das condições previstas no item “beneficiários” deixar de coexistir.

Exclusão de Beneficiários:

Os beneficiários titulares poderão solicitar sua exclusão voluntária do plano ao qual tenham aderido, a qualquer tempo, mediante a assinatura de um "Termo de Exclusão", a ser encaminhado à Gerência de Pessoal do CROSC.

A exclusão do empregado implicará na exclusão de todos os seus dependentes.

As exclusões compulsórias do Plano de Assistência à Saúde ocorrerão nas seguintes situações:

- a) Perder o vínculo com o CROSC que lhe garante a condição de beneficiário do plano;
- b) Por solicitação do CROSC, mediante comunicação escrita remetida à Contratada;
- c) Permitir o uso indevido do cartão individual de identificação, seu ou de seus dependentes, seja por dolo ou culpa;
- d) Os dependentes perderem a condição que lhes assegurou o direito de inscrição;
- e) Decisão administrativa ou judicial;
- f) Não for apresentada documentação requerida pela Contratada, seja em decorrência legal ou para comprovação do vínculo com o CROSC;
- g) Fraude ou inadimplência; e
- h) Outras situações previstas em lei.

No caso de licença sem vencimentos ou afastamento legal, o empregado poderá optar por permanecer no plano de assistência à saúde, devendo assumir integralmente, durante o período da licença, o respectivo custeio das despesas, sendo de responsabilidade do CROSC o respectivo repasse dos valores à Contratada.

Caberá ao CROSC solicitar a suspensão ou exclusão de beneficiários dos planos privados de assistência à saúde. A Contratada só poderá excluir ou suspender a assistência à saúde dos beneficiários, sem a anuência do CROSC, nas hipóteses de fraude ou por perda de vínculo do titular, previstos nos artigos 5º e 9º da Resolução Normativa nº 195, de 14 de julho de 2009, ou de dependência, ressalvado o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998.

O CROSC não será responsável pela utilização irregular dos serviços assistenciais viabilizados pela Contratada, nem por eventuais débitos ocorridos, após ter comunicado o evento que implique na exclusão de qualquer beneficiário.

Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência à saúde com a finalidade de disponibilizar plano de assistência médica, clínica, hospitalar, métodos complementares de diagnósticos, tratamentos e serviços auxiliares, caracterizado como Plano de

Saúde Coletivo Empresarial para os empregados do CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA SC e seus respectivos dependentes, com as seguintes características:

- a). Segmentação assistencial: Ambulatorial + Hospitalar com obstetrícia;
- b). Padrão de acomodação: Individual ENFERMARIA (PLANO BÁSICO)
- c). Padrão de acomodação: Individual APARTAMENTO (PLANO ESPECIAL)
- d). Área de abrangência: No mínimo Estadual;
- e). Área de atuação: Santa Catarina;
- f). Coparticipação: **até** 50% (até cinquenta por cento);
- g). Internação psiquiátrica;
- h). Taxa de inscrição por beneficiário: Sem taxa de inscrição;
- i). O Contrato será classificado como coletivo empresarial, conforme previsão da Resolução Normativa – RN nº 195 da ANS.
- j). Além do cartão digital, mediante solicitação do beneficiário, poderá ser disponibilizado cartão físico, sendo que neste formato, será cobrado preço praticado pela operadora.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

Ao fazer contratações, é obrigatório seguir diretrizes gerais de sustentabilidade, o que implica adotar modelos de gestão organizacional com processos bem definidos que incentivem a sustentabilidade. Isso envolve a implementação de práticas ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e baseadas na integridade. O objetivo é alcançar um desenvolvimento nacional sustentável, incluindo:

1. Ações ambientalmente corretas, com o objetivo de reduzir o impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a revisão dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos;
2. Ações economicamente viáveis, em busca de critérios de eficiência contínua dos gastos, levando também em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas

mais vantajosas (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho;

3. Ações socialmente justas e inclusivas, devendo fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar;

4. Ações culturalmente diversas, com o objetivo de respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

Dessa forma, a empresa contratada deve possuir ou implementar critérios de sustentabilidade, focando na redução do consumo de energia, minimização de impactos ambientais negativos, gestão de resíduos, reciclagem e aumento da criação de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

5. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

Não se aplica.

6. ESTIMATIVA DA DEMANDA

IV - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Para calcular o estimativo de vidas visando o gasto anual, utilizamos o número de funcionários no último mês de pagamento referente a data da DFD (50 funcionários ativos em fevereiro/2025).

Atuais e potenciais beneficiários (estimativa de beneficiários).

a) Beneficiários com adesão ao plano de saúde atual:

b) Potenciais beneficiários do plano a ser contratado:

A) USUÁRIO DO PLANO ATUAL					
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Titulares	Dependentes	Total
0 a 18 anos	0	2	0	2	2
19 a 23 anos	1	0	1	0	1
24 a 28 anos	0	0	0	0	0
29 a 33 anos	2	2	3	1	4
34 a 38 anos	1	1	2	0	2
39 a 43 anos	0	7	6	1	7
44 a 48 anos	1	2	3	0	3
49 a 53 anos	2	0	2	0	2
54 a 58 anos	0	2	2	0	2
59 anos ou +	0	0	0	0	0
TOTAL	7	16	19	4	23

B) POTENCIAIS USUÁRIOS					
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Titulares	Dependentes	Total
0 a 18 anos	0	2	2	2	2
19 a 23 anos	1	0	1	0	1
24 a 28 anos	1	1	2	0	2
29 a 33 anos	4	4	7	1	8
34 a 38 anos	1	7	8	0	8
39 a 43 anos	3	10	12	1	13
44 a 48 anos	3	5	8	0	8
49 a 53 anos	3	5	8	0	8
54 a 58 anos	1	3	4	0	4
59 anos ou +	0	0	0	0	0
TOTAL	17	37	50	4	54

Os quantitativos apresentados representam uma demanda estimada, não configurando obrigação por parte do CROSC aderirem efetivamente na sua totalidade, devendo serem pagas apenas as quantidades correspondentes ao número de empregados e respectivos dependentes que aderirem ao plano de assistência à saúde

Considerando que a quantidade é estimada, o CROSC não se obriga, em hipótese alguma, a cobrir qualquer quantidade mínima de adesões. Os números apresentados acima são meramente informativos, visto que a adesão ao plano de saúde é facultativa.

Modalidades de Plano de Saúde a serem contratados

- a) a empresa a ser contratada deverá apresentar proposta de valor em cada uma das seguintes modalidades de plano de saúde:

	Abrangência	Tipo de Acomodação	Coparticipação
1	No mínimo Estadual	Enfermaria	até 50%
2	No mínimo Estadual	Apartamento	até 50%

- b) Os beneficiários-titulares deverão optar por uma dessas modalidades, que vincularão seus dependentes.

- c) Não haverá limite mínimo de beneficiários para cada uma dessas modalidades de plano de saúde.

- d) A alteração para acomodação superior acarretará a carência de 180 (cento e oitenta) dias.

Cotação por faixa etária

As propostas devem apresentar valor mensal por faixa etária em cada uma das modalidades do item anterior:

FAIXA ETÁRIA
00-18
19-23
24-28
29-33
34-38
39-43
44-48
49-53
54-58

haverá reajuste por mudança de faixa, conforme dispõe a RN n.º 563/2022 e o Tema XIII, do Anexo I, da IN n.28/2022.

Coparticipação

A coparticipação se limitará aos procedimentos relacionados com as consultas, exames, terapias e procedimentos ambulatoriais, conforme o percentual a ser contratado (de até 50%), e não incidirá em qualquer hipótese sobre os tratamentos decorrentes de internação hospitalar de qualquer beneficiário, inclusive em Unidade de Terapia Intensiva;

Não haverá cobrança de coparticipação para internação psiquiátrica nos primeiros 30 (trinta) dias de internação.

Transporte Condições para a Cobertura da Remoção são aquelas previstas na LEI nº 9656/98, Resolução Normativa 490/2022 e IN/DRIPRO nº 28 - Anexo I.

7. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Examinamos contratações similares realizadas por outras entidades e órgãos públicos com o intuito de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficaz às necessidades do CROSC. As práticas consideradas viáveis foram incorporadas ao processo de contratação em análise.

Soluções de Mercado:

- a) Convênio com operadoras de planos de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão;
- b) Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade;
- c) Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento;

d) Contrato com operadoras de planos de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021

Convênio com operadoras de planos de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão.

No âmbito dos acordos com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão, estas operadoras são entidades privadas sem fins lucrativos que oferecem planos de saúde exclusivamente para um grupo específico de beneficiários.

A Resolução ANS nº 137/2006 disciplina as regras para celebração de convênio com entidade privada operadora de plano de assistência à saúde, desde que sejam atendidos os seguintes pressupostos:

a) a entidade deve ser de autogestão (sem fins lucrativos e fechada), conforme regulamentação da ANS;

b) a entidade deve ter o patrocínio do ente público, para custeio das despesas totais ou parciais do plano;

c) a entidade deve possuir administração própria, com a participação dos beneficiários titulares do plano e do patrocinador, integrando os órgãos colegiados de administração superior;

d) deve prever, no seu ato constitutivo, a forma e o critério de participação dos beneficiários e do patrocinador nos órgãos colegiados de administração superior e

e) a entidade deve ter objeto social exclusivamente relacionado à operação de plano de assistência à saúde.

De acordo com o Acórdão TCU 458/2004-TCU-Plenário, mediante o qual a Corte de Contas, ao apreciar a validade dos convênios de prestação de serviços de assistência à saúde, firmados entre a Fundação de Seguridade Social (Geap) e diversos órgãos e entidades da Administração Pública, concluiu que tal entidade não se enquadrava nos requisitos que excepcionam a obrigatoriedade da realização de licitação.

Pelo exposto, esta comissão de planejamento de contratação entende que o CROSC não poderá firmar convênio para prestação de serviço de assistência à saúde para os seus empregados.

Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade.

No caso de um serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, entende-se como a provisão de assistência à saúde complementar a servidores ativos, seus dependentes e pensionistas por meio de uma rede de provedores de serviços, seja por gestão própria ou contrato.

Quanto à prestação de serviços realizada pelo próprio CROSC, essa abordagem não se mostra vantajosa devido à falta de pessoal em quantidade suficiente para administrar um plano de saúde interno, somada à ausência de normas que regulamentem essa prática.

Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Na modalidade de auxílio de caráter indenizatório, o servidor recebe o ressarcimento parcial do valor pago por beneficiário, pela contratação de plano de saúde privado, desde que comprovada a contratação particular de plano de assistência à saúde que atenda o padrão mínimo constante das normas relativas ao rol de procedimentos e eventos em saúde editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS, conforme disposto na Portaria Normativa nº. 1, de 9 de março de 2017, do Ministério do Planejamento.

Com relação a concessão de auxílio de caráter indenizatório, identifica-se como desvantagem essa modalidade em razão da falta de padronização da qualidade da prestação de serviços de assistência à saúde; pois, cada empregado poderia contratar qualquer assistência médica hospitalar, sem o rol de cobertura assistencial (nacional; apto individual; rol de procedimentos ANS) que o CROSC pretende oferecer, visando cumprir a sua diretriz estratégica para reter talentos.

Seguem situações desfavoráveis para a utilização do Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento:

a) Primeiro, porque a CLT não permite a concessão de plano de saúde na forma de auxílio-financeiro (dinheiro), porque o art. 458, inciso IV, da CLT é claro ao dispor que não tem natureza salarial, a utilidade (benefício) concedida pelo empregador na forma de assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, a significar que cabe ao empregador contratar diretamente o seguro-saúde;

b) Segundo, porque ainda que se admita que o empregador possa conceder um auxílio em dinheiro para o empregado pagar à operadora de saúde o seu próprio plano de saúde e de seu dependentes, mediante a comprovação da contratação desse plano, é certo que essa alteração poderá ser considerada prejudicial, porque são poucas as opções de contratação de planos de saúde individuais, já que as operadoras não as disponibilizam no mercado em razão das regras que limitam o aumento das mensalidades, de modo que as mensalidades iniciais já são mais elevadas, do que

as cobradas em planos coletivos, tornando na maioria das vezes inviável a sua contratação pelos empregados que tem menor poder aquisitivo e idade mais avançada;

c) Por último, porque a extinção do plano de saúde coletivo impossibilita que o empregado aposentado, após a extinção do contrato de trabalho, permaneça como beneficiário do plano coletivo do empregador, pagando a totalidade das mensalidades dos planos, conforme prevê a Lei 9.656/98. Esse direito é assegurado pela lei, justamente porque as mensalidades de planos coletivos de saúde são menores do que as dos planos individuais. Além disso, o CROSC precisará comprovar ao órgão de controle, em caso de questionamento, que o valor que está reembolsando os empregados para a aquisição de plano de saúde é condizente com o que teria de despesas se contratasse diretamente uma operadora de plano de saúde para fornecê-los.

8. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Conforme justificativas no item anterior considerou-se inviáveis as possibilidades de contratações por meio de:

- a) Convênio com operadoras de planos de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão;
- b) Serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade;
- c) Auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento;

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021);

Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência no mínimo Estadual, a todos os empregados ativos do CRO-SC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação

de até 50% (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento, conforme especificações a serem descritas nesse ETP e em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato, mediante as condições estabelecidas no Termo de Referência.

O rol de coberturas deve ser permanentemente atualizado pelas Resoluções Normativas editadas pela ANS durante a vigência do contrato, bem como as demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

A rede mínima de atendimento é obrigatória, e deverá ser comprovada para a contratação, ou seja, na assinatura do contrato, com os quantitativos de prestadores de serviços a seguir especificados:

Oferecer rede credenciada em todos os municípios onde o CROSC tem unidades físicas: Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

No âmbito da Região Metropolitana de Florianópolis deverá:

Abranger, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das especialidades médicas reconhecidas; e ser prestada assistência mediante credenciamento em, no mínimo, 15 (quinze) hospitais, 170 (cento e setenta) clínicas, 70 (setenta) postos de coletas de exames laboratoriais e 1.500 (um mil e quinhentos) profissionais médicos com registro ativo no Conselho Regional de Medicina.

Oferecer, no mínimo, 1 (um) hospital de rede própria, credenciada, contratada, cooperada ou referenciada nos Municípios de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

Os preços mensais por beneficiário deverão ser apresentados de acordo com a distribuição de beneficiários inscritos por faixa etária, onde se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos porventura incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Para efeito de julgamento das propostas e composição do valor global do contrato, a licitante deverá considerar os preços para o Plano Coletivo Empresarial, por faixa etária, e ainda, observar a legislação vigente que define os limites a serem observados para adoção de variação de preço, por faixa etária.

O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme legislações vigentes.

Prestar os serviços, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas as condições e especificações estabelecidas neste estudo.

A contratada deverá observar e cumprir, ainda, as disposições da Lei nº 9.656/98, bem como todas as Resoluções Normativas da ANS e demais determinações e orientações dos órgãos competentes, que sejam pertinentes ao objeto pretendido.

Arcar com todos os custos como, impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes da execução do contrato, de forma que os preços constantes da cláusula de pagamentos representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados.

Efetuar o bloqueio de imediato, em casos de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, após solicitação do CROSC ou do empregado beneficiário.

Manter serviços telefônicos de apoio ao usuário durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana.

Garantir o atendimento necessário, nos casos de ausência, inexistência ou impossibilidade de atendimento de prestador integrante da rede assistencial.

Manter a relação de credenciados, substituindo os estabelecimentos que venham a se descredenciar por outro do mesmo porte e na mesma região, comunicando o fato ao CROSC.

Fornecer manual do usuário, catálogo ou similar, impresso ou eletrônico, aos beneficiários do plano, bem como informações atualizadas sobre sua rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, nas respectivas áreas de atuação e abrangência geográfica, via folder/catálogo impressos, endereço em sítio eletrônico ou serviço de atendimento telefônico.

Nomear preposto, aceito pelo CROSC, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade.

Prestar, por meio do preposto nomeado, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CROSC, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CROSC e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos e serviços ofertados, bem como por atos cometidos por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

Comunicar ao CROSC qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no ato convocatório, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, em cuja a ocasião será verificada a regularidade da contratada junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, por meio das respectivas certidões, a serem emitidas através dos sítios eletrônicos correspondentes.

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, inclusive em relação à regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho.

Submeter-se à fiscalização do CROSC, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

A solução encontrada no CATSERV 13340, está de acordo com o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O Objeto em questão está alinhado com os instrumentos de governança visando o objetivo estratégico no alcance dos indicadores de gestão utilizados para a construção de nosso Plano de Contratações Anual.

Considerando a natureza do objeto e a regulação específica da saúde suplementar, o contrato deverá prever reajuste por mudança de faixa etária, como instrumento de preservação do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da RN nº 563/2022 da ANS e do Tema XIII do Anexo I da IN/DIPRO

nº 28/2022.

10. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando as dificuldades encontradas na obtenção de orçamentos compatíveis com o objeto pretendido.

Foram realizadas diversas tentativas de obtenção de orçamentos junto ao mercado, utilizando-se todos os canais disponíveis, incluindo envio de e-mails, contatos telefônicos, solicitações por meio dos sites institucionais das operadoras e contatos diretos com corretoras e representantes. Apesar dos esforços reiterados, grande parte das tentativas não obteve retorno, não sendo encaminhadas propostas compatíveis com as especificações solicitadas.

Após sucessivas tentativas, foram recebidos alguns orçamentos, contudo de forma parcial, limitados à modalidade de acomodação enfermaria, sem apresentação de valores para acomodação apartamento, mesmo após solicitações de complementação. Assim, para a modalidade apartamento, foi possível obter apenas um orçamento válido, o que inviabilizou a formação da estimativa exclusivamente por meio de pesquisa direta de mercado.

Também se mostrou inviável a utilização de parâmetros provenientes do Banco de Preços e do Painel de Preços, em razão da inexistência de contratações públicas recentes com características semelhantes às do CROSC, notadamente contratação com abrangência estadual restrita ao Estado de Santa Catarina, quantitativo reduzido de vidas e coparticipação de até 50%.

Diante desse cenário, para a acomodação apartamento, a estimativa de preços foi complementada com base nos valores atualmente praticados nos contratos do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC) e do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), por se tratarem de conselhos profissionais com natureza jurídica e características institucionais semelhantes às do CROSC, além de possuírem contratos de plano de saúde com parâmetros compatíveis com o objeto pretendido.

A metodologia adotada observa os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, estando devidamente amparada pela documentação constante dos autos, a qual poderá ser classificada como anexo específico, caso a Administração opte por preservar o sigilo até a conclusão da licitação, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	PESQUISA	PARÂMETRO DE PESQUISA	PREÇO DA PESQUISA	PREÇO ESTIMADO	MÉTODO A SER UTILIZADO
1	0 a 18 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 150,83	R\$ 198,11	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 191,51		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 191,97		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 214,40		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 188,23		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 251,74		
2	19 a 23 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 182,48	R\$ 234,69	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 239,39		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 226,52		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 267,99		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 220,24		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 191,51		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 314,68		
3	24 a 28 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 218,68	R\$ 285,83	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 299,24		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 274,08		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 332,31		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 268,69		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 214,49		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 393,35		
4	29 a 33 anos- ENFERMARIA/ AMBULATORIAL	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 256,39	R\$ 334,36	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 353,10		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 328,90		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 368,86		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 322,44		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 246,66		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 464,15		
5	34 a 38 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 301,60	R\$ 378,52	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 413,13		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 374,94		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 394,69		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 338,55		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 283,66		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 543,06		
6	39 a 43 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 342,35	R\$ 423,90	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 462,71		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 386,19		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 457,84		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 372,41		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 337,56		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 608,23		
7	44 a 48 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 387,57	R\$ 498,86	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 518,24		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 470,21		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 547,29		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 465,52		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 421,95		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 681,22		

8	49 a 53 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 481,06	R\$ 579,78	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 580,43		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 553,06		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 641,43		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 512,07		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 527,44		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 762,97		
9	54 a 58 anos (Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 613,77	R\$ 755,98	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 742,95		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 658,14		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 763,63		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 640,09		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 896,65		
			Fornecedor 7	IV	R\$ 976,60		
10	59 anos ou + (Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 874,68	R\$ 1.145,77	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 1.054,99		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 1.151,68		
			Fornecedor 4	IV	R\$ 1.286,33		
			Fornecedor 5	IV	R\$ 1.120,16		
			Fornecedor 6	IV	R\$ 1.386,77		
11	0 a 18 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 339,85	Mediana
			Fornecedor 2	II	R\$ 258,54		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 339,85		
12	19 a 23 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 424,81	Mediana
			Fornecedor 2	II	R\$ 323,18		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 424,81		
13	24 a 28 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 531,01	Mediana
			Fornecedor 2	II	R\$ 403,98		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 531,01		
14	29 a 33 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 599,06	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 476,70		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 626,59		
15	34 a 38 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 661,58	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 557,74		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 733,11		
16	39 a 43 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 693,89	R\$ 713,21	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 624,67		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 821,08		
17	44 a 48 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 1.304,38	R\$ 919,61	Mediana
			Fornecedor 2	II	R\$ 699,63		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 919,61		
18	49 a 53 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 1.304,38	R\$ 1.029,96	Mediana
			Fornecedor 2	II	R\$ 783,59		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 1.029,96		
19	54 a 58 anos (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 1.304,38	R\$ 1.243,88	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 1.003,00		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 1.424,26		
20	59 anos ou + (APARTAMENTO)	Vida	Fornecedor 1	II	R\$ 1.914,83	R\$ 1.893,23	Média
			Fornecedor 2	II	R\$ 1.892,80		
			Fornecedor 3	IV	R\$ 1.872,06		

DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

O parcelamento da solução não é viável em termos de eficiência técnica, pois isso manteria a gestão dos serviços sob responsabilidade de um único contratado, resultando em um maior controle dos serviços pela administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados em apenas uma entidade jurídica. Além disso, observa-se a economia de escala, o que possibilita um valor menor a ser alcançado na licitação.

Sendo assim, segundo as práticas de mercado e normas atuais, não há justificativa, necessidade ou benefício em parcelar os serviços.

Ademais, devido a compatibilidade dos serviços, permite-se a avaliação com base num critério comum e execução pela mesma empresa, garantindo a competitividade do processo licitatório.

Além disso, no caso em questão, o serviço é normalmente fornecido como um todo pelas operadoras de planos de saúde, pois a legislação estabelece regras básicas a serem seguidas por todas as prestadoras, incluindo a cobertura obrigatória do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS. Portanto, a divisão do serviço não traria benefícios, mas sim desestruturaria a prestação e não estaria de acordo com os padrões normativos existentes.

Pelo exposto, decide-se pelo não parcelamento da solução,

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

A contratação pretendida busca assegurar a economicidade por meio da obtenção de proposta que represente o melhor custo-benefício para a Administração, considerando a relação entre qualidade da cobertura assistencial e o valor per capita praticado no mercado. Pretende-se alcançar preços mais vantajosos a partir da padronização dos critérios da proposta (modalidades e faixas etárias), possibilitando análise comparativa efetiva e transparente entre diferentes operadoras de plano de saúde.

Adicionalmente, a adoção de um plano de saúde coletivo, com cobertura no mínimo Estadual contribuirá para a valorização dos servidores, a redução de afastamentos por motivo de saúde e a promoção do bem-estar dos colaboradores, o que, por consequência, resultará em maior produtividade e eficiência institucional.

Do ponto de vista dos recursos materiais e humanos, a centralização da gestão do benefício em um único contrato facilitará o acompanhamento e a fiscalização por parte da equipe designada,

evitando a pulverização de contratos ou convênios individuais e promovendo o uso racional do tempo e da força de trabalho interna.

Por fim, o processo licitatório foi estruturado de modo a aproveitar os estudos técnicos já realizados, bem como os dados de mercado coletados, o que evita retrabalho, garante maior celeridade processual e racionaliza os recursos financeiros empregados pela Administração.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de plano de saúde proporcionará uma série de benefícios institucionais e operacionais para o Conselho, entre os quais destacam-se:

- **Valorização dos funcionários:** A oferta de plano de saúde como benefício institucional fortalece a política de valorização dos funcionários, contribuindo para maior satisfação, motivação e engajamento da equipe.
- **Promoção da saúde e prevenção de doenças:** O acesso facilitado a atendimento médico-hospitalar de qualidade, por meio de rede credenciada ampla, contribui para a promoção da saúde, prevenção de agravos e redução de afastamentos por problemas de saúde.
- **Maior eficiência administrativa:** A centralização da gestão em um único contrato permite maior controle, facilidade de acompanhamento e melhor fiscalização da execução contratual, otimizando o uso da força de trabalho da equipe gestora.
- **Economia de escala:** A contratação coletiva tende a possibilitar condições financeiras mais vantajosas, especialmente se realizada de forma compartilhada com outros órgãos públicos, ampliando o número de beneficiários e, consequentemente, reduzindo o valor per capita.
- **Previsibilidade orçamentária:** A contratação formal permite a alocação planejada dos recursos financeiros ao longo do exercício, evitando despesas imprevistas com saúde ou reembolsos.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

No presente caso, não se identificam providências adicionais a serem adotadas previamente à celebração do contrato, uma vez que:

A equipe responsável pelo planejamento da contratação já possui conhecimento técnico suficiente acerca da natureza do objeto, tendo conduzido os estudos preliminares e elaborado o Termo de Referência com base em parâmetros objetivos e pesquisa de mercado atualizada;

Os empregados a serem designados para fiscalização e gestão contratual já atuam em contratações de natureza semelhante e estão familiarizados com os procedimentos administrativos aplicáveis;

O objeto da contratação (plano de saúde coletivo para funcionários e dependentes) não demanda infraestrutura técnica ou operacional complexa por parte da Administração, sendo a execução de responsabilidade integral da operadora contratada, conforme regulamentação da ANS;

As rotinas de acompanhamento, conferência de faturas, atendimento a demandas dos beneficiários e controle da execução já são consolidadas no âmbito da instituição, não exigindo nova capacitação ou estruturação de procedimentos.

Dessa forma, entende-se que as condições necessárias para a formalização e adequada gestão do futuro contrato já se encontram atendidas, não sendo necessárias medidas complementares neste momento.

Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes -(Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Observa-se que no âmbito do CROSC não há CONTRATOS afins e/ou interdependentes com objeto deste ETP.

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Não existem impactos ambientais relevantes na contratação em si. Entretanto, a contratada deverá adotar medidas implementadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS).

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina - (Art. 18, § 1º, Lei 14.133/2021)

Por todo exposto no presente estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento da contratação considera viável a presente contratação por considerar que:

- É de fato justificável e necessária;
- É a solução mais adequada em termos de eficácia e eficiência quanto aos resultados pretendidos, e a mais adequada em termos de dispêndio financeiro;
- Atende aos requisitos legais;
- Está dentro do preço de mercado

14. RESPONSÁVEIS

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 90, de 14 de Outubro de 2025.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima.

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> Flávia Damaso Matrícula: 187 Florianópolis, 28 de novembro de 2025	<hr/> Sergio Bernardo Gonçalves Matrícula: 157 Florianópolis, 28 de novembro de 2025	<hr/> Gabriela Duarte De Souza Matrícula: 146 Florianópolis, 28 de novembro de 2025

15. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

AUTORIDADE SUPERIOR

Wilson Andriani Júnior
Presidente CRO/SC

Florianópolis, 28 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA VAZ RAMOS SOARES DAMASO, SN - Setor Licitação, IP de acesso 187.65.215.147,** em 29/01/2026, às 10:49:19, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO BERNARDO GONÇALVES, SN - Setor RH, IP de acesso 177.135.118.194,** em 29/01/2026, às 11:16:34, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA DUARTE DE SOUZA, SN - Setor Financeiro, IP de acesso 177.159.113.171,** em 29/01/2026, às 20:59:35, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WILSON ANDRIANI JUNIOR - Presidente, SN - Setor Presidência, IP de acesso 177.135.118.194,** em 02/02/2026, às 14:11:54, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

ANEXO II - MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1 - DA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão social: _____

CNPJ: _____ telefone: (____) _____

Endereço: _____ CEP: _____ Cidade/UF: _____

Pessoa de contato: Nome: _____ Cargo: _____ Telefone: (____) _____ e-mail: _____

Dados bancários para pagamento: Banco: _____ Agência: _____ Operação: _____ Conta: _____

Representante Legal que assinará o Contrato: Nome: _____ RG: _____ CPF: _____

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência **no mínimo estadual**, a todos os empregados ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de **até 50%** (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

2- DOS PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO / FAIXA ETÁRIA E TIPO DE ACOMODAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	PREÇO POR VIDA (R\$)
1	0 a 18 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	13340	Vidas	
2	19 a 23 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
3	24 a 28 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
4	29 a 33 anos- ENFERMARIA/ AMBULATORIAL			
5	34 a 38 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
6	39 a 43 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
7	44 a 48 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
8	49 a 53 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
9	54 a 58 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
10	59 anos ou + (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
11	0 a 18 anos (APARTAMENTO)			
12	19 a 23 anos (APARTAMENTO)			
13	24 a 28 anos (APARTAMENTO)			



14	29 a 33 anos (APARTAMENTO)		
15	34 a 38 anos (APARTAMENTO)		
16	39 a 43 anos (APARTAMENTO)		
17	44 a 48 anos (APARTAMENTO)		
18	49 a 53 anos (APARTAMENTO)		
19	54 a 58 anos (APARTAMENTO)		
20	59 anos ou + (APARTAMENTO)		
TOTAL			R\$

Valor total por extenso:

Quadro-resumo da rede, por município, contendo **APENAS TOTAIS**

Tipo de Rede	Quantidade Declarada					
	Reg. Metrop. Florianópolis	Blumenau	Chapecó	Criciúma	Joinville	Lages
Hospitais credenciados;						
Clínicas						
Postos de coleta ou lab. de análises clínicas						
Médicos com registro ativo no CRM						
% de especialidades atendidas						

Local, data

Representante Legal

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

(Processo Administrativo nº 0046/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI O CROSC, E
.....

O **Conselho Regional de Odontologia De Santa Catarina**, com sede na Rua Duarte Schutel, 351 na cidade de Florianópolis/Estado de Santa Catarina, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 83.930.883/0001-66, neste ato representado(a) pelo(a) presidente Dr. **Wilson Andriani Júnior**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 0036/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento, através de Plano de Saúde de abrangência no mínimo estadual, a todos os empregados ativos do CROSC, bem como aos seus respectivos dependentes, que poderão aderir, ou não, mediante a contraprestação pecuniária com valores de mensalidades pré-determinadas por faixa etária, conforme regulamentação da ANS, e coparticipação de **até 50%** (até cinquenta por cento), em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, garantindo o atendimento em conformidade com os dispositivos da Lei 9.656/98, e com as Resoluções Normativas da ANS nº566, de 29 de Dezembro de 2022 e nº465, de 24 de Fevereiro de 2021, e outras que advirem na vigência do contrato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DESCRIÇÃO / FAIXA ETÁRIA E TIPO DE ACOMODAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIA (R\$)
1	0 a 18 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)	13340	Vidas	
2	19 a 23 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
3	24 a 28 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
4	29 a 33 anos- ENFERMARIA/ AMBULATORIAL			
5	34 a 38 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			
6	39 a 43 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)			



7	44 a 48 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)		
8	49 a 53 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)		
9	54 a 58 anos (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)		
10	59 anos ou + (ENFERMARIA/ AMBULATORIAL)		
11	0 a 18 anos (APARTAMENTO)		
12	19 a 23 anos (APARTAMENTO)		
13	24 a 28 anos (APARTAMENTO)		
14	29 a 33 anos (APARTAMENTO)		
15	34 a 38 anos (APARTAMENTO)		
16	39 a 43 anos (APARTAMENTO)		
17	44 a 48 anos (APARTAMENTO)		
18	49 a 53 anos (APARTAMENTO)		
19	54 a 58 anos (APARTAMENTO)		
20	59 anos ou + (APARTAMENTO)		
TOTAL			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para O CROSC, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que O CROSC mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O presente contrato é firmado sem valor global previamente definido, em razão da natureza facultativa da adesão ao plano de saúde pelos empregados do CONTRATANTE e seus respectivos dependentes, não sendo possível determinar, no momento da contratação, o número efetivo de beneficiários que aderirão ao plano nem o tipo de acomodação escolhida.
- 5.2. O preço do contrato será composto exclusivamente pelos valores unitários por vida, conforme faixas etárias e tipos de acomodação (enfermaria ou apartamento), constantes da proposta vencedora do certame, em estrita conformidade com o Edital, o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar.
- 5.3. O pagamento mensal devido à CONTRATADA corresponderá à soma dos valores unitários aplicáveis às vidas efetivamente ativas no período de referência, considerando as adesões, inclusões e exclusões formalmente comunicadas pelo CONTRATANTE, não havendo qualquer obrigação de consumo mínimo ou garantia de faturamento.
- 5.4. Nos valores unitários contratados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, tais como tributos, impostos, encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, custos administrativos, operacionais e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais.
- 5.5. Os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência no CROSC do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida do CROSC na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. O CROSC terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O CROSC não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pelo CROSC no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha

desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do CROSC;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *O CROSC deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*



10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CROSC nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta cláusula, as partes obrigam-se a comunicar uma à outra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

10.14. As partes comprometem-se a adotar, de forma imediata, todas as medidas técnicas e administrativas necessárias à contenção, mitigação e apuração de eventual incidente de segurança da informação, bem como a cooperar entre si para atendimento às determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e aos direitos dos titulares dos dados pessoais.

10.15. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que seus empregados, prepostos, cooperados, credenciados e eventuais subcontratados observem integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, respondendo por quaisquer atos ou omissões que resultem em tratamento de dados pessoais em desconformidade com a legislação vigente.

10.16. O tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da execução contratual deverá limitar-se às finalidades estritamente necessárias ao cumprimento do objeto do contrato, sendo vedada a utilização dos dados para fins diversos daqueles legalmente autorizados ou contratualmente previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CROSC, na dotação abaixo discriminada:

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.3. Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.01.002-Plano de Saúde

15.4. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº01/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20..... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)